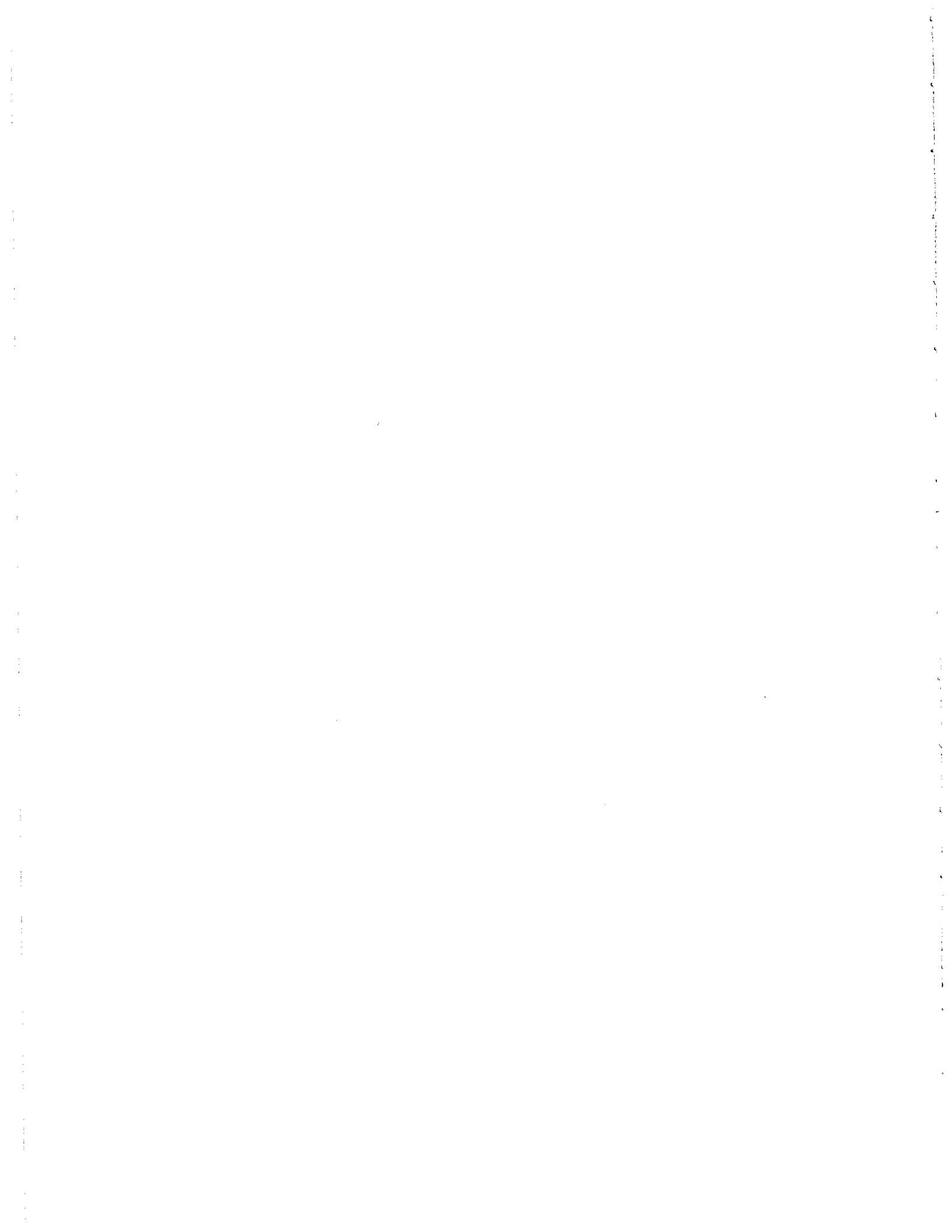


PARTE II

CONDIÇÕES ACTUAIS

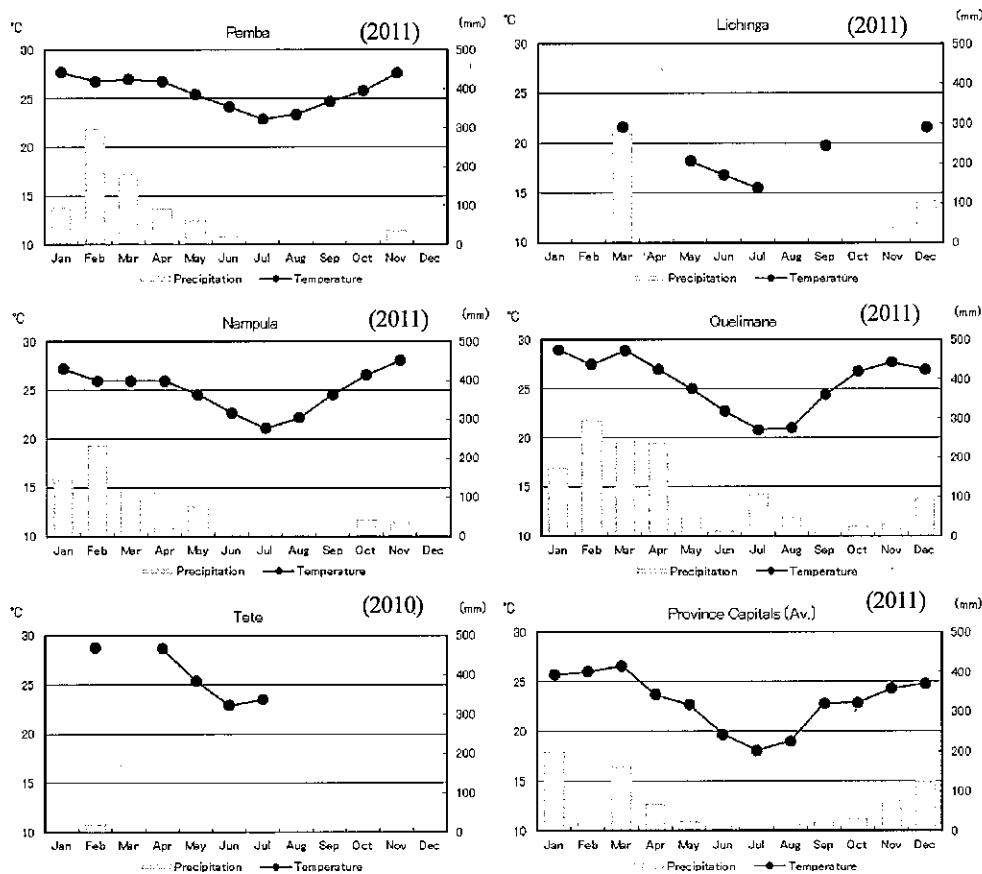


Capítulo 3 Condições Actuais da Região do Corredor de Nacala

3.1 Condições Naturais e Recursos Hídricos da Região do Corredor de Nacala

Moçambique é um país de forma alongada que se estende entre as latitudes 10°27' e 26°52' sul e longitudes 30°12' e 40°51' leste, com uma área de 786.380km². A Região do Corredor de Nacala está localizada na parte norte do país e cobre uma área de 444.458km², com uma largura máxima de aproximadamente 900km na direcção norte-sul e cerca de 1.100km na direcção leste-oeste.

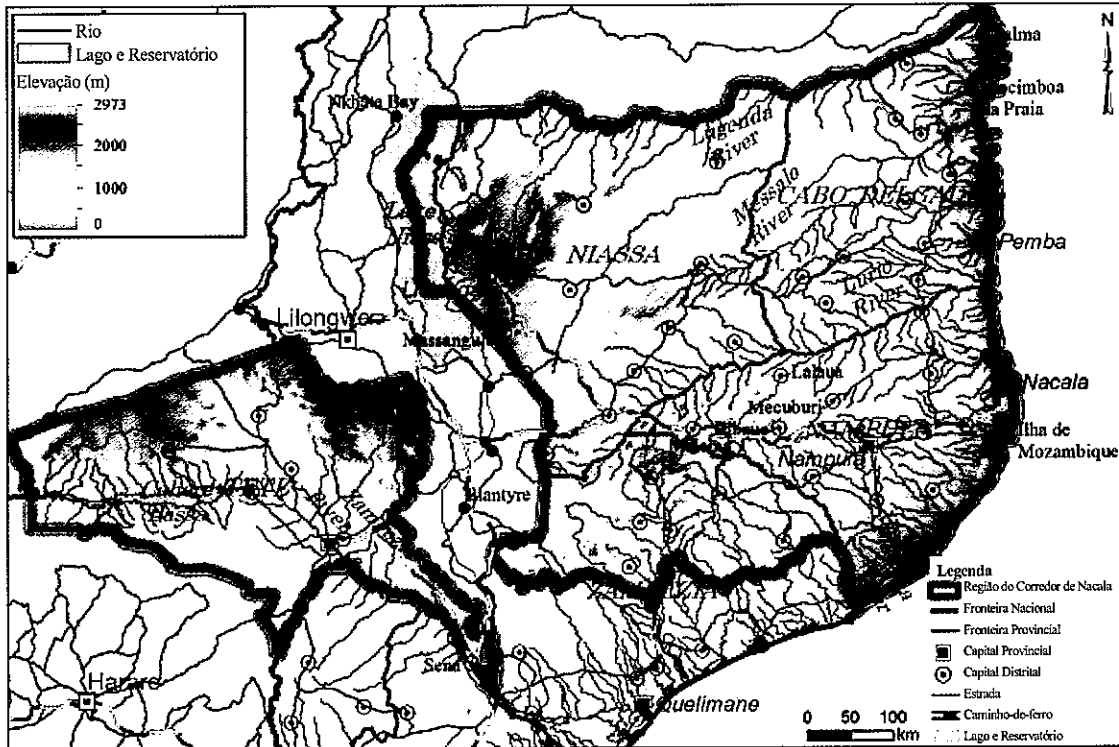
O país conta com duas estações distintas, uma quente e húmida entre Novembro e Abril, e outra, fria e seca, que vai de Maio a Outubro. A Figura 3.1.1 abaixo mostra as temperaturas médias mensais e a precipitação total mensal das capitais nas cinco províncias, e a média de todas as capitais provinciais no país para comparação.



Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia, 2010 para Tete e 2011 para outras capitais

Figura 3.1.1 Temperatura Média Mensal/Precipitação Total Mensal das Capitais das Províncias

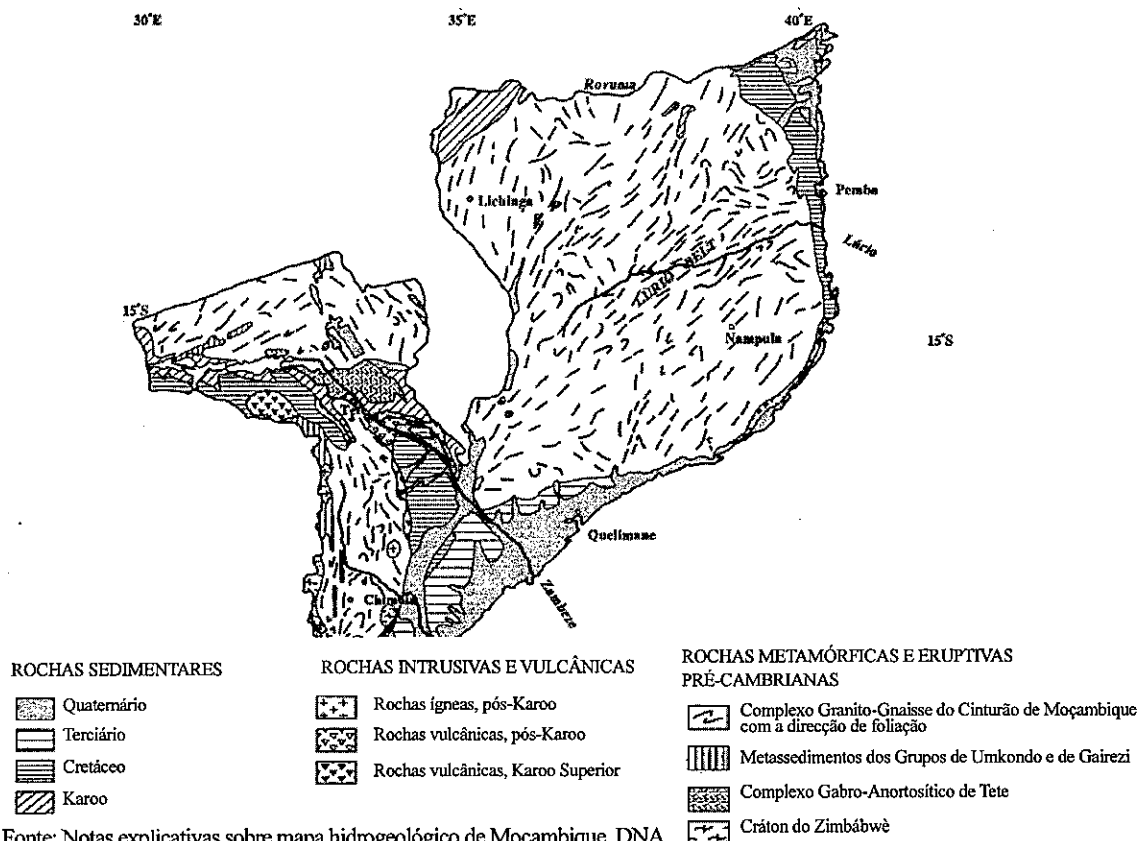
A Região do Corredor de Nacala está, em geral, situada em baixas altitudes das áreas costeiras nas Províncias de Cabo Delgado e Nampula. Planaltos de mais de 1.000 metros de altitude se localizam no interior do país, a oeste de Niassa, e nas regiões ao norte das Províncias da Zambézia e Tete, conforme se mostra na Figura 3.1.2. As altitudes mais altas nas províncias se localizam em Cabo Delgado, com 1.219 metros, em Niassa, 1.848 metros, em Nampula, 1.801 metros, na Zambézia, 2.419 metros e, em Tete, 2.095 metros.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA

Figura 3.1.2 Altitude da Região do Corredor de Nacala

A Região do Corredor de Nacala é praticamente coberta pelo Complexo Granito-Gnaiss do Período Pré-Cambriano, Era Proterozoica, conforme se mostra na Figura 3.1.3. As rochas sedimentares mais jovens e sedimentos dos Períodos Terciário e Quaternário, Era Cenozoica, estão amplamente distribuídas nas regiões da jusante do Rio Zambezi, e nas áreas ao longo do litoral, as quais se tornaram um bom aquífero intergranular na Região do Corredor de Nacala.



Fonte: Notas explicativas sobre mapa hidrogeológico de Moçambique, DNA,

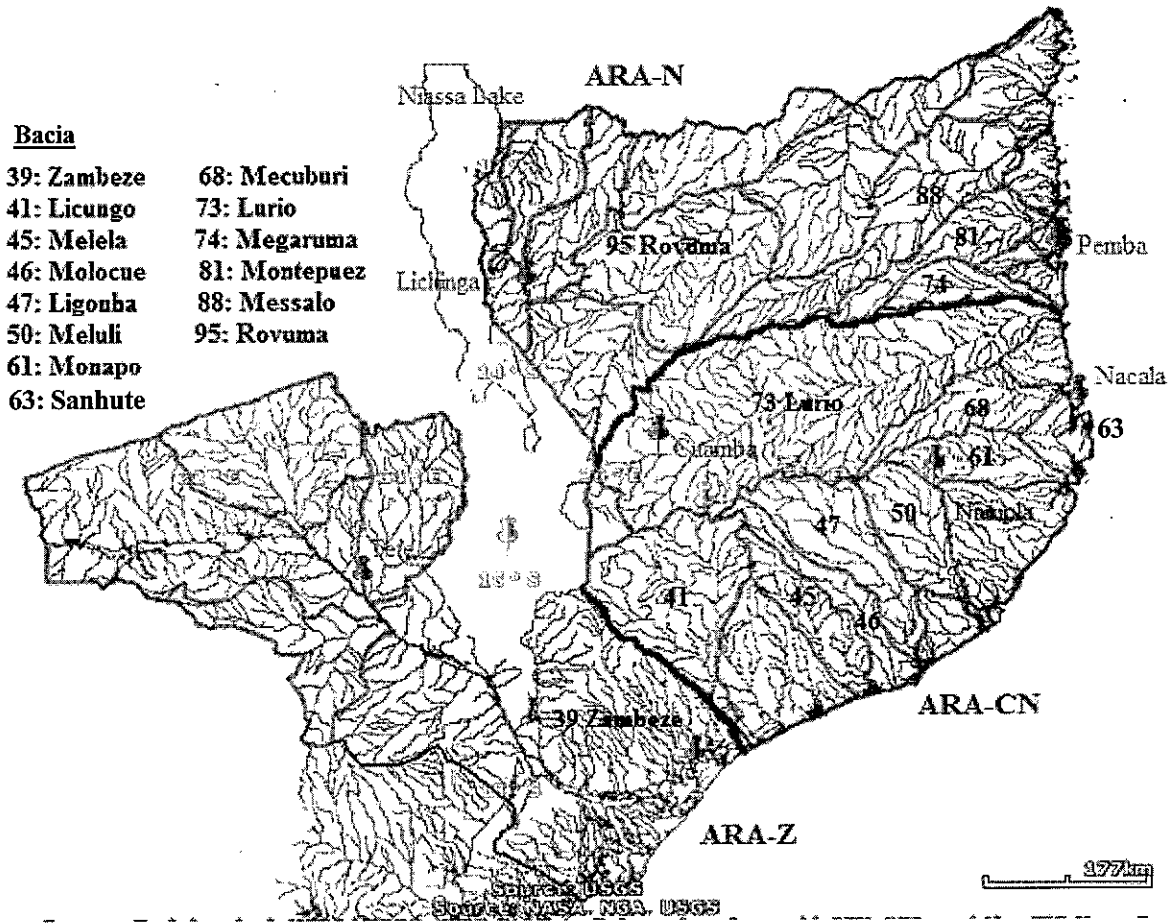
Figura 3.1.3 Mapa Geológico Esquemático da Região do Corredor de Nacala e Arredores

Informações restritas sobre a meteorologia da Região do Corredor de Nacala indicam que a precipitação média anual varia de 900 a 1.100 mm na bacia do Rio Rovuma, ao passo que a mesma varia de 1.030 mm na bacia do Rio Lúrio a 1.400 mm na bacia do Rio Licungo. O volume de precipitação na sub-bacia de Luia, localizada na parte superior da bacia de Zambeze, é menor que o de outras regiões, com uma média de 615 a 753 mm por ano, com excepção do volume máximo anual de 1.110 mm registado em 2007.

Os seguintes principais rios e lagos de Moçambique estão localizados na Região do Corredor de Nacala.

- Rio Zambeze: bacia hidrográfica de 1.390.000km², com fluxo médio de 107.979 milhões de m³ por ano ou 3.424m³ por segundo
- Rio Rovuma: bacia hidrográfica de 155.500km², com fluxo médio de 14.980 milhões de m³ por ano ou 475m³ por segundo
- Rio Lúrio: bacia hidrográfica de 61.423km², com fluxo médio de 8.722 milhões de m³ por ano ou 277m³ por segundo
- Lago Niassa: área superficial de 29.600km² e volume de água de 8.400km³
- Cahora Bassa: área superficial de 2.600km² e volume de água de 55,8km³

As bacias fluviais em Moçambique são controladas por cinco administrações estabelecidas pela Lei de Águas em 1991. As que cobrem a Região do Corredor de Nacala são ARA-Norte (AEA-N), ARA-Centro Norte (ARA-CN) e ARA-Zambeze (ARA-Z). A Figura 3.1.4 mostra as fronteiras das bacias dos rios e as três ARAs.



Fonte: Notas explicativas sobre mapa hidrogeológico de Moçambique, DNA, 1987

Figura 3.1.4 Áreas Administradas por ARA e as Principais Bacias na Região do Corredor de Nacala

3.2 Situação Socioeconómica da Região do Corredor de Nacala

3.2.1 População

(1) Tendência do Crescimento Populacional no Passado

A população total de Moçambique era de 20.632 mil habitantes, segundo os resultados do Censo Geral da População e Habitação conduzido em 2007. Na Região do Corredor de Nacala, o número era de 10.548 mil habitantes. A percentagem da população na Região do Corredor de Nacala era de 51% do total em 2007.

Entre as cinco províncias relacionadas à Região do Corredor de Nacala, a população da Província de Nampula é a maior, com 4.085 mil habitantes, seguida pelas cifras das Províncias da Zambézia, Tete, Cabo Delgado e Niassa. Em termos de taxa de crescimento anual da população, a Província de Niassa apresenta o maior índice, de 4,84%, seguida pelas Províncias de Tete, Nampula, Zambézia e Cabo Delgado (Ver Tabela 3.2.1).

Tabela 3.2.1 População e Taxa de Crescimento por Província em Moçambique

	População		Taxa de Crescimento Anual (%)
	1997	2007	1997-2007
Província de Niassa	808.572	1.213.398	4,14
Província de Cabo Delgado	1.380.202	1.634.162	1,70
Província de Nampula	3.063.456	4.084.656	2,92
Província da Zambézia	3.096.400	3.890.453	2,31
Somente 7 distritos na Província da Zambézia	1.360.831	1.808.220	2,88
Província de Tete	1.226.008	1.807.485	3,96
Província de Manica	1.039.463	1.438.386	3,30
Província de Sofala	1.368.671	1.685.663	2,11
Província de Inhambane	1.157.182	1.304.820	1,21
Província de Gaza	1.116.903	1.236.284	1,02
Província de Maputo	830.908	1.225.489	3,96
Cidade de Maputo	987.943	1.111.638	1,19
Subtotal (5 Províncias)	9.574.638	12.630.154	2,81
Subtotal (Região do Corredor de Nacala)	7.839.069	10.547.921	3,01
Subtotal de Outras Áreas	8.236.639	10.084.513	2,04
Moçambique	16.075.708	20.632.434	2,53

Fonte: Censo Geral da População e Habitação do INE, 1997 e 2007

(2) População Urbana em Cinco Províncias

Em 2007, a taxa de urbanização nas cinco províncias era de 21%, enquanto que o número em Moçambique era de 30%. A taxa variava desde os 14% registados na Província da Zambézia até os 29% observados na Província de Nampula.

As taxas de urbanização na Zambézia e Tete eram consideravelmente inferiores em relação às outras províncias. As províncias ao norte de Moçambique são ainda menos urbanizadas do que em outras províncias (Ver Tabela 3.2.2).

Tabela 3.2.2 População Urbana e Rural por Província em Moçambique em 2007

	Unidade: pessoas			Unidade: %		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Província de Niassa	277.838	935.560	1.213.398	23%	77%	100%
Província de Cabo Delgado	340.707	1.293.455	1.634.162	21%	79%	100%
Província de Nampula	1.167.813	2.916.843	4.084.656	29%	71%	100%
Província da Zambézia	679.073	3.211.380	3.890.453	17%	83%	100%
Província de Tete	247.178	1.560.307	1.807.485	14%	86%	100%
Província de Manica	363.844	1.074.542	1.438.386	25%	75%	100%
Província de Sofala	645.413	1.040.250	1.685.663	38%	62%	100%
Província de Inhambane	289.458	1.015.362	1.304.820	22%	78%	100%
Província de Gaza	314.471	921.813	1.236.284	25%	75%	100%
Província de Maputo	832.188	393.301	1.225.489	68%	32%	101%
Cidade de Maputo	1.111.638	0	1.111.638	100%	0%	100%
Subtotal (5 províncias)	2.712.609	9.917.545	12.630.154	21%	79%	100%
Subtotal de Outras Províncias	3.557.012	4.445.268	8.002.280	44%	56%	100%
Moçambique	6.269.621	14.362.813	20.632.434	30%	70%	100%

Fonte: Censo Geral da População e Habitação do INE, 2007

3.2.2 Tendência do Crescimento Económico no Passado

(1) PIB Regional

Em 2011, o PIB Regional das cinco províncias foi de 74.248 milhões de meticais (a preços constantes de 2003), o que corresponde a 38% do PIB de Moçambique. Em relação às proporções do PIB Regional de cada Província de Moçambique, a taxa em Nampula era de 14,8%; Zambézia, 9,4%; Tete, 5,7%; Cabo Delgado, 4,7%; e Niassa, 3,0%.

As taxas de crescimento económico para os três períodos (1997-2000, 2000-2007, 2007-2011) são mostradas na Tabela 3.2.3. Como se pode ver na tabela, a maioria das províncias tem obtido, de forma constante, altas taxas de crescimento entre 7 e 8% desde 2000, a seguir a mesma tendência de Moçambique como um todo.

Tabela 3.2.3 PIB Regional e Taxa de Crescimento do PIB Regional por Província em Moçambique

	PIB Regional (Milhões de MT, a Preços Constantes de 2003)				Taxa de Crescimento Anual (%)		
	1997	2000	2007	2011	1997-2000	2000-2007	2007-2011
Província de Niassa	2.368,3	2.651,9	4.587,0	5.930,7	3,8	8,1	6,6
Província de Cabo Delgado	3.518,2	4.038,1	6.904,0	9.198,6	4,7	8,0	7,4
Província de Nampula	10.634,7	13.118,0	22.192,3	29.321,3	7,2	7,8	7,2
Província da Zambézia	7.250,0	8.102,3	13.977,4	18.505,8	3,8	8,1	7,3
Província de Tete	3.552,6	5.730,6	9.218,0	11.291,3	17,3	7,0	5,2
Província de Manica	2.826,8	3.285,0	5.538,4	7.490,5	5,1	7,7	7,8
Província de Sofala	7.456,5	9.077,9	15.852,5	20.875,1	6,8	8,3	7,1
Província de Inhambane	4.607,7	5.290,5	11.735,4	15.223,0	4,7	12,1	6,7
Província de Gaza	3.684,4	3.745,4	7.039,1	9.420,3	0,5	9,4	7,6
Província de Maputo	10.283,5	13.046,5	26.182,7	33.020,4	8,3	10,5	6,0
Cidade de Maputo	12.890,9	16.903,0	28.073,0	37.247,5	9,5	7,5	7,3
Subtotal (5 províncias)	27.323,8	33.640,9	56.878,7	74.247,6	7,2	7,8	6,9
Outras Províncias	41.749,9	51.348,4	94.421,2	123.276,8	7,1	9,1	6,9
Moçambique	69.073,7	84.989,3	151.299,9	197.524,4	7,2	8,6	6,9

Fonte: INE, 1997, 2000, 2007 e 2011

Tabela 3.2.4 Proporção do PIB Regional por Província em Moçambique (1997-2011)

	Proporção de PIB Regional em Moçambique (%)			
	1997	2000	2007	2011
Província de Niassa	3,4%	3,1%	3,0%	3,0%
Província de Cabo Delgado	5,1%	4,8%	4,6%	4,7%
Província de Nampula	15,4%	15,4%	14,7%	14,8%
Província da Zambézia	10,5%	9,5%	9,2%	9,4%
Província de Tete	5,1%	6,7%	6,1%	5,7%
Província de Manica	4,1%	3,9%	3,7%	3,8%
Província de Sofala	10,8%	10,7%	10,5%	10,6%
Província de Inhambane	6,7%	6,2%	7,8%	7,7%
Província de Gaza	5,3%	4,4%	4,7%	4,8%
Província de Maputo	14,9%	15,4%	17,3%	16,7%
Cidade de Maputo	18,7%	19,9%	18,6%	18,9%
Subtotal (5 Províncias)	39,6%	39,6%	37,6%	37,6%
Outras Províncias	60,4%	60,4%	62,4%	62,4%
Moçambique	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE, 1997, 2000, 2007 e 2011

(2) PIB per Capita

Conforme mostrado na Tabela 3.2.5, o PIB Regional per capita das cinco províncias era de 4.503 meticais em 2007, valor consideravelmente inferior à média nacional de cerca de 7.333 meticais. Isso indica que a actividade económica por pessoa na parte norte de Moçambique é ainda menor do que em outras províncias ao sul do país.

Tabela 3.2.5 PIB Regional per Capita por Província

	PIB Regional per Capita (MT a Preços Constantes de 2003)		Proporção do PIB Regional em Relação ao País		Taxa de Crescimento Anual (%)
	1997	2007	1997	2007	1997-2007
Província de Niassa	2.929	3.780	0,68	0,52	2,6
Província de Cabo Delgado	2.549	4.225	0,59	0,58	5,2
Província de Nampula	3.471	5.433	0,81	0,74	4,6
Província da Zambézia	2.341	3.593	0,54	0,49	4,4
Província de Tete	2.898	5.100	0,67	0,70	5,8
Província de Manica	2.719	3.850	0,63	0,53	3,5
Província de Sofala	5.448	9.404	1,27	1,28	5,6
Província de Inhambane	3.982	8.994	0,93	1,23	8,5
Província de Gaza	3.299	5.694	0,77	0,78	5,6
Província de Maputo	12.376	21.365	2,88	2,91	5,6
Cidade de Maputo	13.048	25.254	3,04	3,44	6,8
5 Províncias	2.854	4.503	0,66	0,61	4,7
Outras Províncias	6.422	11.799	1,49	1,61	6,3
Moçambique	4.297	7.333	1,00	1,00	5,5

Fonte: Equipa de Estudo da JICA, com Base nos Dados do INE, 1997 e 2007

(3) Participação no Sector Económico

As cinco províncias são relativamente mais especializadas em agricultura em termos de geração de valor agregado e perfazem 42% do PIB Regional. Entretanto, as Províncias de Nampula e de Tete parecem ser diferentes das outras três, uma vez que a estrutura económica de Nampula apresenta, como característica, proporções mais baixas em termos de agricultura (40%). A Província de Tete

também possui uma estrutura similar, com a agricultura a perfazer somente 20%, enquanto que o sectores de electricidade e água totalizam 37%. Esta situação de Tete se deve ao fato de a barragem de Cahora Bassa estar a fornecer energia para todo Moçambique. Esta estrutura do sector económico não tem mudado significativamente em uma década nas cinco províncias (Ver Tabela 3.2.6).

Tabela 3.2.6 Proporção do PIB Regional por Sector Económico por Província em 2000 e 2011

	2000				2011			
	Agricultura	Indústria	Serviços	Total	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
Província de Niassa	47,6%	10,2%	42,2%	100,0%	49,5%	7,2%	43,4%	100,0%
Província de Cabo Delgado	49,5%	12,2%	38,3%	100,0%	51,2%	12,5%	36,2%	100,0%
Província de Nampula	38,7%	15,4%	45,9%	100,0%	39,9%	17,0%	43,1%	100,0%
Província da Zambézia	49,8%	11,4%	38,8%	100,0%	50,8%	12,3%	36,9%	100,0%
Província de Tete	25,9%	40,2%	33,9%	100,0%	20,0%	43,3%	36,7%	100,0%
Província de Manica	36,1%	22,0%	41,9%	100,0%	37,0%	21,7%	41,3%	100,0%
Província de Sofala	22,8%	19,5%	57,7%	100,0%	22,7%	20,0%	57,3%	100,0%
Província de Inhambane	41,2%	15,8%	43,0%	100,0%	31,7%	37,0%	31,3%	100,0%
Província de Gaza	50,2%	12,3%	37,5%	100,0%	48,5%	13,2%	38,3%	100,0%
Província de Maputo	15,2%	43,9%	40,9%	100,0%	17,5%	47,5%	35,0%	100,0%
Cidade de Maputo	2,5%	15,8%	81,7%	100,0%	2,7%	11,7%	85,6%	100,0%
5 Províncias	41,1%	18,0%	40,9%	100,0%	40,3%	19,3%	39,8%	100,0%
Outras Províncias	19,1%	23,8%	57,1%	100,0%	21,7%	23,8%	53,8%	100,0%
Moçambique	27,9%	21,5%	50,7%	100,0%	27,7%	23,7%	48,5%	100,0%

Fonte: INE, 2000 e 2011

3.2.3 Mão-de-obra

(1) População Economicamente Activa (PEA)

A população economicamente activa das cinco províncias totalizava 4.586 mil habitantes em 2007. O sector agrícola empregava a maior porção da mão-de-obra, ou seja, de 85%, com uma pequena variação entre as províncias, como a de Nampula, com 82,9%, e a da Zambézia, com 87,5%, enquanto que o número em Moçambique, como um todo, era de 75,2% (Ver Tabela 3.2.7).

Tabela 3.2.7 População Economicamente Activa por Sector Económico por Província em 2007

	Agricultura	Indústria	Serviços	Total	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
Província de Niassa	337.235	15.288	53.080	405.603	83,1%	3,8%	13,1%	100,0%
Província de Cabo Delgado	584.853	22.489	62.908	670.250	87,3%	3,4%	9,4%	100,0%
Província de Nampula	1.219.450	65.872	185.191	1.470.513	82,9%	4,5%	12,6%	100,0%
Província da Zambézia	1.218.809	54.721	120.106	1.393.636	87,5%	3,9%	8,6%	100,0%
Província de Tete	546.888	26.468	72.829	646.185	84,6%	4,1%	11,3%	100,0%
5 Províncias	3.907.235	184.838	494.114	4.586.187	85,2%	4,0%	10,8%	100,0%
Outras Províncias	1.636.693	304.460	843.619	2.784.772	58,8%	10,9%	30,3%	100,0%
Moçambique	5.543.928	489.298	1.337.733	7.370.959	75,2%	6,6%	18,1%	100,0%

Fonte: INE, 2000 e 2011

(2) Taxa de Desemprego

As taxas de desemprego por província em 2004/05 são mostradas na Tabela 3.2.8. Os números em

todas as províncias relacionadas à Região do Corredor de Nacala, com excepção da Província de Niassa, estão abaixo da média do país, que é de 18,7%. A taxa da Província de Niassa (31,7%) é consideravelmente alta em comparação com as de outras províncias.

Tabela 3.2.8 Taxa de Desemprego por Província em 2004/5

	Taxa de Desemprego (%)
Província de Niassa	31,7
Província de Cabo Delgado	10,9
Província de Nampula	15,7
Província da Zambézia	11,2
Província de Tete	16,5
5 Províncias	17,2
Subtotal de Outras Províncias	20,2
Moçambique	18,7

Fonte: Pesquisa Integrada sobre Mão-de-obra (IFTRAB) 2004/05, INE, 2006

3.2.4 Pobreza e Desigualdade

(1) Taxa de Pobreza

A taxa de pobreza diminuiu significativamente entre 1997 e 2009, excepto na Zambézia. Os índices foram: de 71% para 32% em Niassa; 57% para 37% em Cabo Delgado; 69% para 55% em Nampula; e 82% para 42% em Tete. O número na Zambézia subiu de 68% em 1997 para 71% em 2009.

Tabela 3.2.9 Taxa de Pobreza por Província em Moçambique

	Taxa de Pobreza (%)			Diferença na Taxa de Pobreza		
	1997	2003	2009	1997-2003	2003-2009	1997-2009
Província de Niassa	70,6	52,1	31,9	-18,5	-20,2	-38,7
Província de Cabo Delgado	57,4	63,2	37,4	+5,8	-25,8	-20,0
Província de Nampula	68,9	52,6	54,7	-16,3	+2,1	-14,2
Província da Zambézia	68,1	44,6	70,5	-23,5	+25,9	+2,4
Província de Tete	82,3	59,8	42,0	-22,5	-17,8	-40,3
Província de Manica	62,6	43,6	55,1	-19,0	+11,5	-7,5
Província de Sofala	87,9	36,1	58,0	-51,8	+21,9	-29,9
Província de Inhambane	82,6	80,7	57,9	-1,9	-22,8	-24,7
Província de Gaza	64,6	60,1	62,5	-4,5	+2,4	-2,1
Província de Maputo	65,6	69,3	67,4	3,7	-1,9	+1,8
Cidade de Maputo	47,8	53,6	36,2	5,8	-17,4	-11,6
5 Províncias	69,5	54,5	47,3	-15,0	-7,2	-22,2
Outras Províncias	69,3	53,7	62,1	-15,6	+8,4	-7,2
Moçambique	69,4	54,1	54,7	-15,3	+0,6	-14,7

Fonte: INE, 1997, 2003 e 2009

(2) Desigualdade

O coeficiente de Gini¹, um indicador para medir a distribuição de renda, mostrou tendências mistas de expansão e redução na disparidade. Nas províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, os coeficientes subiram e indicaram que houve um aumento na disparidade de renda, enquanto que os números em Cabo Delgado e Tete diminuíram e mostraram que a disparidade de renda apresentou declínio na região.

¹ Um índice de Gini 0 representa igualdade perfeita, e um índice de Gini 1, desigualdade perfeita.

Tabela 3.2.10 Coeficiente de Gini por Província em Moçambique

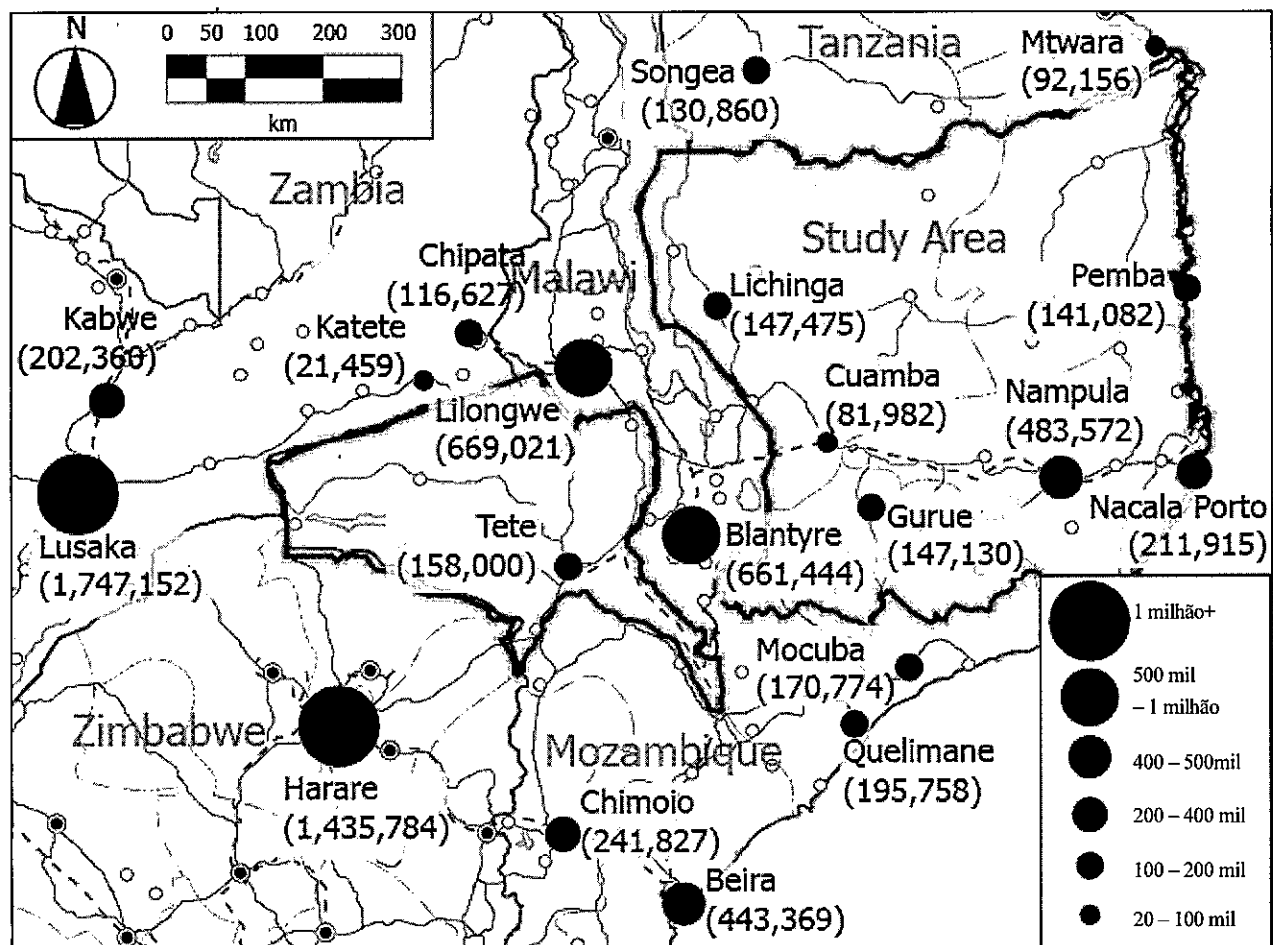
	2003	2008	Diferença entre 2003-2008
Província de Niassa	0,357	0,427	+0,070
Província de Cabo Delgado	0,445	0,347	-0,098
Província de Nampula	0,361	0,419	+0,058
Província da Zambézia	0,351	0,365	+0,014
Província de Tete	0,399	0,323	-0,076
Província de Manica	0,400	0,345	-0,055
Província de Sofala	0,427	0,456	+0,029
Província de Inhambane	0,443	0,383	-0,060
Província de Gaza	0,406	0,427	+0,021
Província de Maputo	0,433	0,387	-0,046
Cidade de Maputo	0,524	0,512	-0,012
5 Províncias	0,383	0,376	-0,006
Outras Províncias	0,439	0,418	-0,021
Moçambique	0,415	0,414	-0,001

Fonte: DNEAP, 2010, "Understanding Poverty and Well-being Mozambique: Third National Poverty Assessment", MPD

3.3 Centros Urbanos na Região do Corredor de Nacala

A Figura 3.3.1 mostra que há muitas cidades grandes com uma população superior a 500 mil habitantes nos países vizinhos adjacentes à Região do Corredor de Nacala, tais como Blantyre, com 661 mil; Lilongwe, 669 mil; Lusaka, 1,7 milhão; e Harare, 1,4 milhão de habitantes. A população da Cidade de Chipata, na Zâmbia, localizada próxima à fronteira com Malawi, é de 452 mil pessoas.

A maior cidade na Região do Corredor de Nacala é Nampula, com 484 mil habitantes em 2007, seguida por Nacala Porto, com 212 mil, e por Tete, com 158 mil. Conforme mostrado na Tabela 3.3.1, o total da população urbana nas cinco províncias aumentou de 1,2 milhão em 1997 para 1,9 milhão em 2007, em um crescimento de 4,8% por ano, em média. Como a taxa de crescimento da população em áreas rurais no mesmo período foi de 3,2% por ano, a taxa de urbanização subiu de 20,3% em 1997 para 21,6% em 2007.



Fonte: Cidades em Moçambique; Censo Geral da População e Habitação de Moçambique 2007, INE
Cidades em Malawi; Censo Geral da População e Habitação de Malawi 2008, NSO
Cidades na Zâmbia; Censo Geral da População e Habitação da Zâmbia 2010, Escritório Central de Estatísticas
Cidades no Zimbabwe; Censo Geral da População e Habitação do Zimbabwe 2012, Escritório Nacional de Estatísticas do Zimbabwe
Cidades na Tanzânia; Censo Geral da População e Habitação da Tanzânia 2012, Departamento Nacional de Estatísticas

Figura 3.3.1 Principais Centros Urbanos na Região do Corredor de Nacala e Países Vizinhos

Tabela 3.3.1 População Urbana na Região do Corredor de Nacala

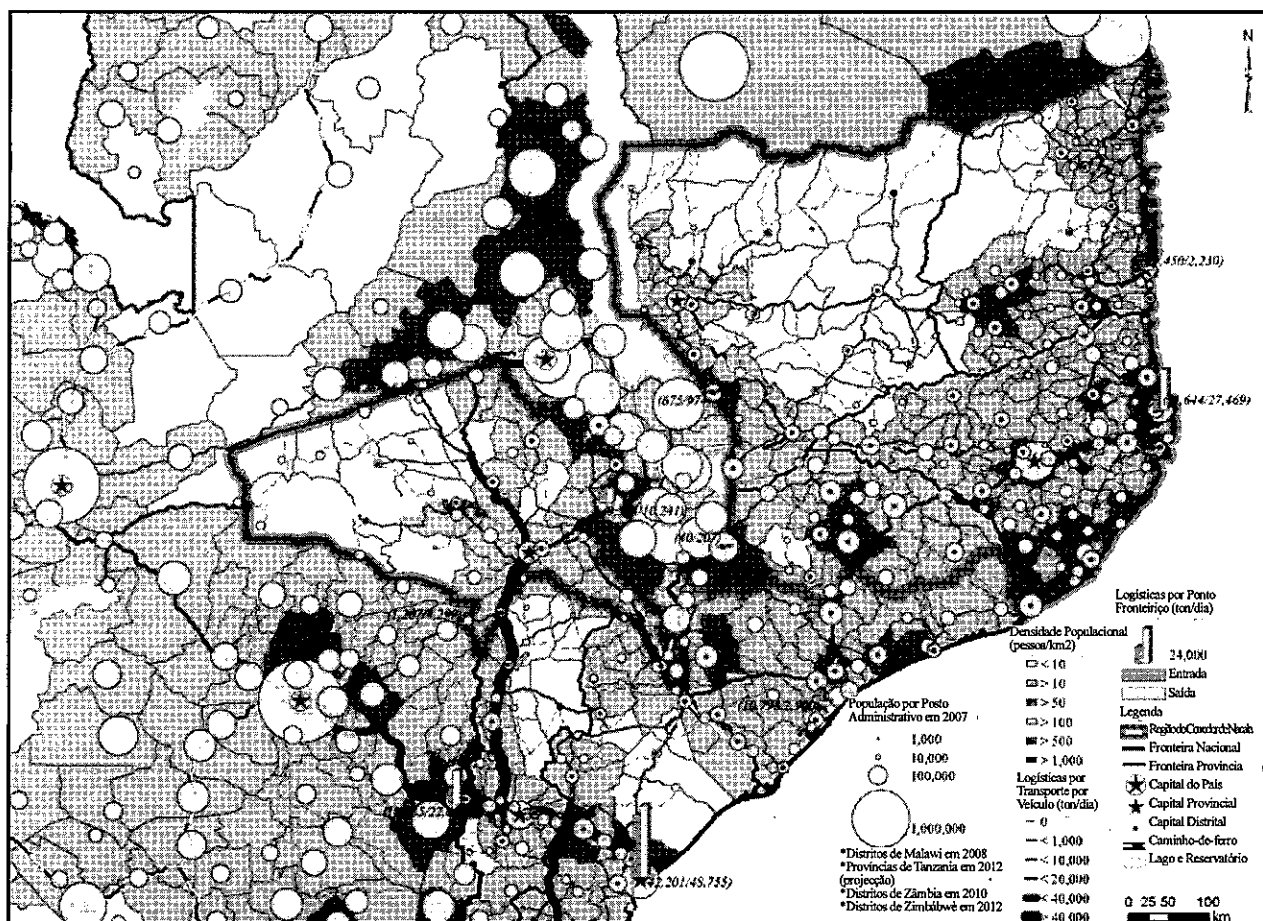
Province	Nome da Cidade/Distrito	1997			2007			Taxa de Crescimento Média Anual da População Urbana (%/ano)		
		Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Cabo Delgado	Cidade de Pemba	84,897	0	84,897	141,082	0	141,082	5.2	-	5.2
Nampula	Cidade de Nacala Porto	158,248	0	158,248	211,915	0	211,915	3.0	-	3.0
	District de Nacala a Velha	4,899	73,019	77,918	15,993	74,998	90,991	12.6	0.3	1.6
	Cidade de Nampula	303,346	0	303,346	483,572	0	483,572	4.8	-	4.8
	District de Angoche	58,263	170,263	228,526	92,411	191,109	283,520	4.7	1.2	2.2
Niassa	Cidade de Lichinga	85,758	0	85,758	147,475	0	147,475	5.6	-	5.6
	Cuamba Municipality	57,205	69,175	126,380	81,982	109,660	191,642	3.7	4.7	4.3
Tete	Cidade de Tete	101,984	0	101,984	158,000	0	158,000	4.5	-	4.5
	District de Moatize	26,560	82,543	109,103	39,468	178,140	217,608	4.0	8.0	7.1
Zambézia	District Gurue	99,335	97,844	197,179	147,130	153,904	301,034	4.0	4.6	4.3
	Cidade de Quelimane	150,116	0	150,116	195,758	0	195,758	2.7	-	2.7
	District de Mocuba	54,802	159,946	214,748	170,774	133,199	303,973	12.0	-1.8	3.5
Total		1,185,413	652,790	1,838,203	1,885,560	841,010	2,726,570	4.8	2.6	4.0
População Total da Região do Corredor de Nacala		-	-	9,056,261	-	-	12,630,154	-	-	3.4
População Urbana Total da Região do Corredor de Nacala		-	-	7,218,058	-	-	9,903,584	-	-	3.2
Proporção da população urbana em relação à população total		-	-	20.3%	-	-	21.6%	-	-	-

Fonte: Censo Geral da População e Habitação, 1997 e 2007, INE

A taxa de crescimento mais alta da população urbana, de 12,6% por ano, foi registada no Distrito de Nacala-à-Velha entre 1997 e 2007, seguido pelo Distrito de Mocuba, na Província da Zambézia, com 12% por ano. O crescimento da população urbana em outras áreas foi mais brando e está a variar entre 2,7% e 5,6% por ano.

A Figura 3.3.2 mostra a densidade populacional por distrito e o tamanho da população nos postos administrativos na Região do Corredor de Nacala e países vizinhos. O esquema mostra uma densidade populacional relativamente mais alta na maior parte das Províncias de Nampula e da Zambézia, nas áreas ao longo do litoral e na fronteira com a Província de Nampula, na Província de Cabo Delgado, assim como nas regiões fronteiriças com Malawi, nas Províncias de Tete e Niassa. A maior parte das áreas na Província de Niassa, a parte noroeste da Província de Cabo Delgado e a região ocidental da Província de Tete apresentam uma densidade populacional menor, de menos de 10 pessoas por quilómetros quadrado. Por outro lado, o número nas áreas centrais e ao sul de Malawi é alto, com mais de 100 pessoas por quilómetro quadrado.

As concentrações mais altas de população nos postos administrativos são observadas na metade meridional da Província de Nampula e ao longo do eixo norte-sul no centro da Província da Zambézia. É possível ver algumas concentrações nas áreas ao sul e ao norte da Província de Cabo Delgado. A concentração demográfica se restringe às capitais e nas proximidades dos postos administrativos nas Províncias de Niassa e de Tete.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com Base nas Estatísticas 2007 do INE

Figura 3.3.2 Densidade Demográfica e População nos Postos Administrativos na Região do Corredor de Nacala e Países Vizinhos

3.4 Padrão Espacial da Região do Corredor de Nacala

3.4.1 Uso da Terra

A distribuição do uso da terra na Região do Corredor de Nacala é classificada conforme a Tabela 3.4.1 e mostrada na Figura 3.4.1. Florestas, formações arbustivas e pradarias dominam 79% dos terrenos na região. Esta estimativa é sujeita à elaboração com base nos resultados do projecto de “Zoneamento Agroecológico Nacional (ZAE)”, que está a ser conduzido actualmente pelo Ministério da Agricultura de Moçambique.

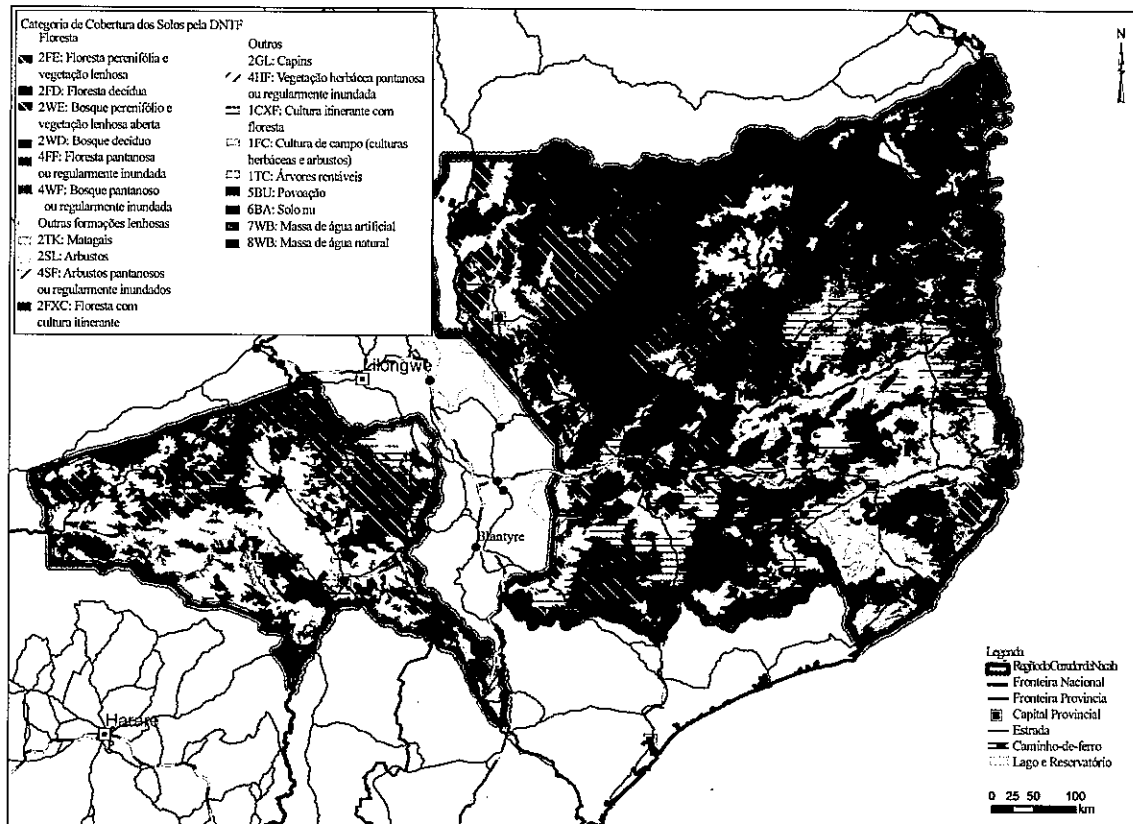
Tabela 3.4.1 Padrão do Uso da Terra na Região do Corredor de Nacala

Classificação	Área em km ²	%
Florestas	231.801	55%
Formações Arbustivas	63.369	15%
Pradarias	36.943	9%
Áreas Agrícolas	76.488	18%
Áreas com Construção e sem Construção	11.903	3%
Águas	4.186	1%
Total	424.690	100%

Fonte: Equipa de Estudo da JICA com Base em Land Cover GIS Data, AIFM, em 2007, e Ajustado com o Anuário Estatístico Nacional de 2011

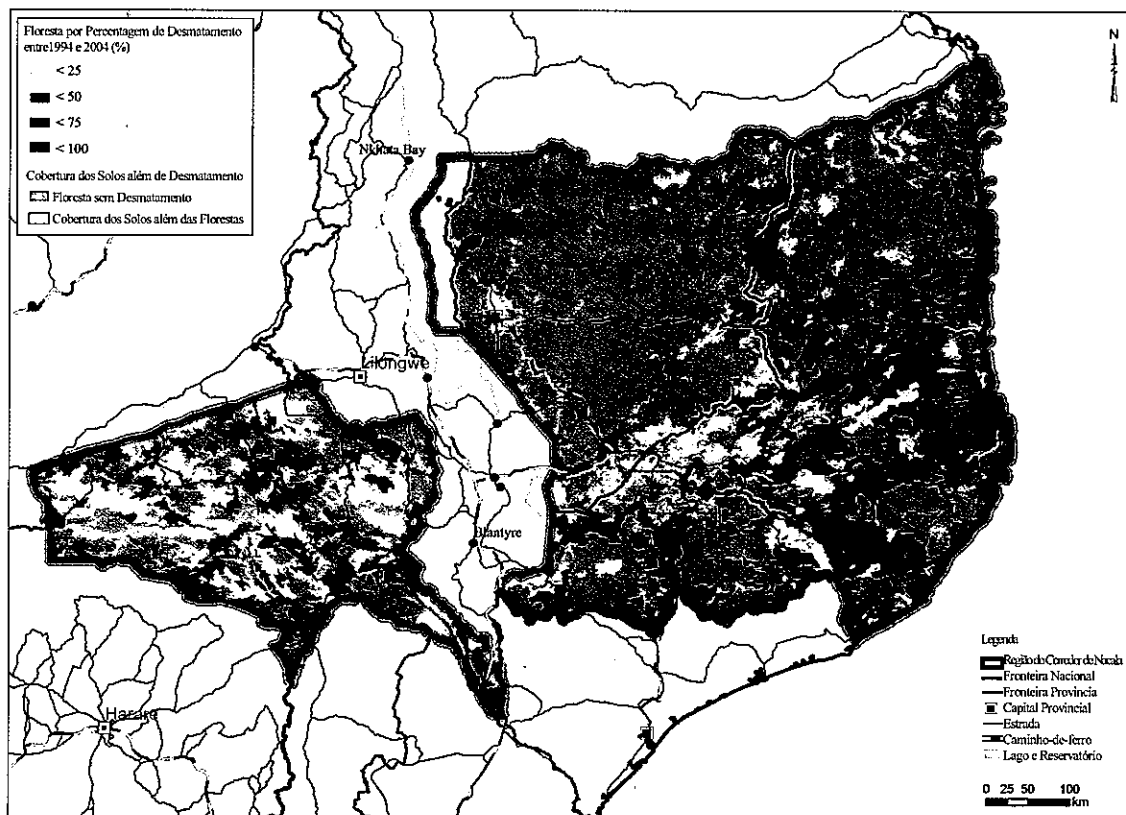
A Figura 3.4.2 apresenta mudanças ocorridas no uso da terra na Região do Corredor de Nacala entre 1994 e 1995, e entre 2004 e 2005. Os números, apesar de não refletirem as situações mais recentes, mostram as alterações ocorridas nesses períodos, conforme indicadas abaixo:

- Houve desmatamento nas principais estradas, em especial, na Província de Nampula e na bacia do Rio Lúrio.
- Os terrenos em Nampula foram transformados em terra para a plantação florestal e cultivo de produtos agrícolas, mas em Tete teria havido desmatamento para a venda de madeiras.
- Apesar do avanço de desmatamento na bacia do Rio Lúrio, a maior parte da área continua coberta por florestas.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com Base em Dados do LANDSAT 2004/2005

Figura 3.4.1 Actual Uso da Terra na Região do Corredor de Nacala



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com Base em Dados de AIFM e CENACARTA

Figura 3.4.2 Alterações no Uso da Terra na Região do Corredor de Nacala entre 1994/95 e 2004/05

3.4.2 Distribuição de Povoados

A Figura 3.4.3 mostra o padrão de distribuição de povoados na Região do Corredor de Nacala. Podem ser observadas as seguintes características:

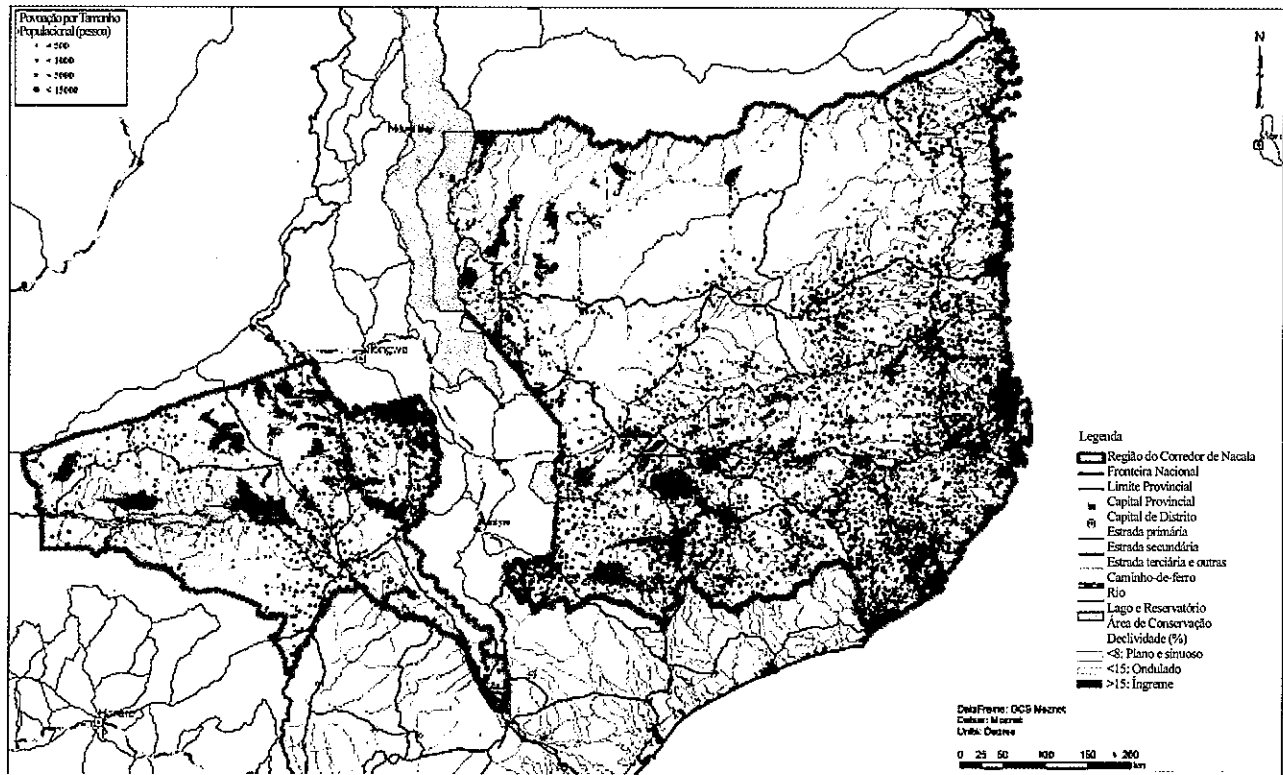
- As localidades estão situadas principalmente ao longo de estradas e de caminhos-de-ferro em toda a Região do Corredor de Nacala.
- As povoações estão localizadas ao longo da bacia do Rio Lúrio, tanto nas Províncias de Nampula e de Cabo Delgado, mesmo sem estradas bem desenvolvidas.
- Não há estabelecimento de povoados ao longo da bacia do rio Lugenda em Niassa.
- Os terrenos íngremes dificultam o estabelecimento de povoações.
- As localidades de densidade consideravelmente alta são encontradas nas áreas próximas à fronteira com Malawi, nas Províncias de Tete, Zambézia e Niassa.

3.4.3 Rede de Transporte

A Figura 3.4.4 mostra a rede de transporte na Região do Corredor de Nacala, formada por vias de carácter primário, secundário e terciário, caminhos-de-ferro, portos e aeroportos.

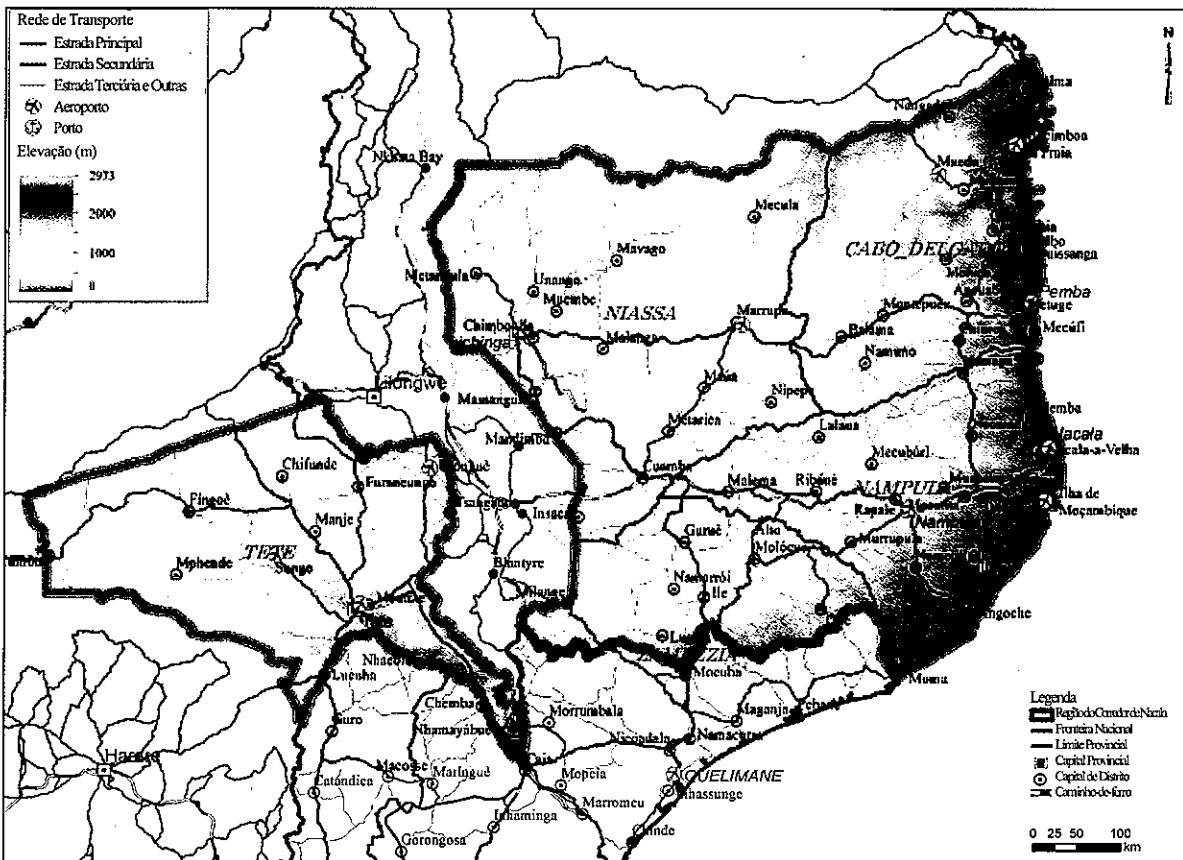
As capitais das províncias estão conectadas uma à outra por estradas primárias, com exceção da Província de Tete, entre outras. Os centros distritais em cada província estão ligados entre si através da conexão à capital provincial por, pelo menos, vias terciárias. Contudo, alguns deles não estão conectados directamente um com o outro e apresentam dificuldades nas interligações provinciais. As condições das estradas continuam a ser insuficientes, uma vez que algumas delas apresentam restrições na utilização ao longo do ano. Num futuro próximo, a principal estrada primária no Corredor de Nacala e a estrada Lichinga-Montepuez devem ser reabilitadas como vias que podem operar independentemente das condições do tempo.

Em relação à malha ferroviária, actualmente o Caminho-de-Ferro de Nacala (Linha Ferroviária do Norte) opera do Porto de Nacala e, através das Províncias de Nampula e Niassa via Cuamba, se conecta aos caminhos-de-ferro de Malawi na fronteira de Entre Lagos. Uma outra linha ferroviária entre Cuamba e Lichinga deve ser reactivada. Será implementado um grande investimento para o desenvolvimento da nova linha ferroviária entre a Província de Tete e o Porto de Nacala, através de Malawi, para o transporte de carvão.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com Base nos Dados sobre Localidades, com População, por ANE, 2007

Figura 3.4.3 Distribuição de Povoados na Região do Corredor de Nacala



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com Base nos Dados do SIG Coletados de Instituições Relacionadas

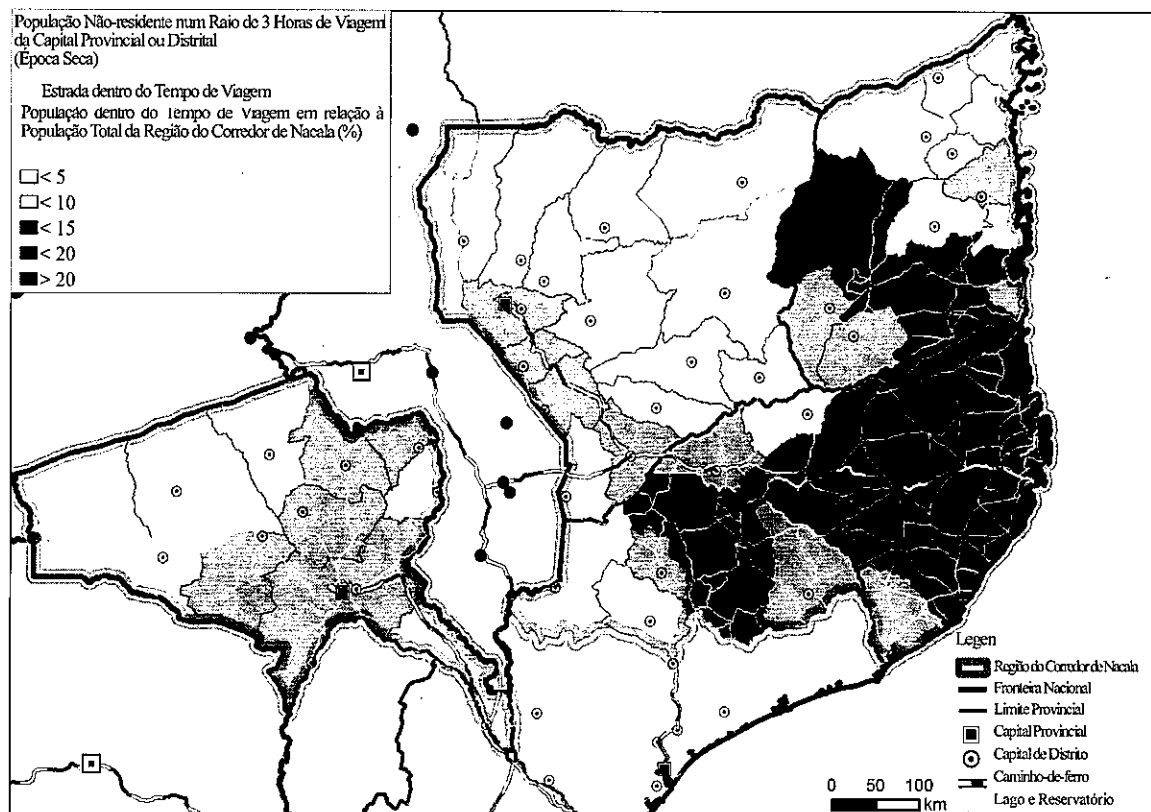
Figura 3.4.4 Rede de Transporte na Região do Corredor de Nacala

3.4.4 Acessibilidade

A Figura 3.4.5 e a Figura 3.4.6 mostram a acessibilidade na Região do Corredor de Nacala nas estações seca e chuvosa. O termo acessibilidade é definido como a proporção da população que consegue chegar a uma capital distrital ou provincial, em três horas, em relação ao total da população na Região do Corredor de Nacala.

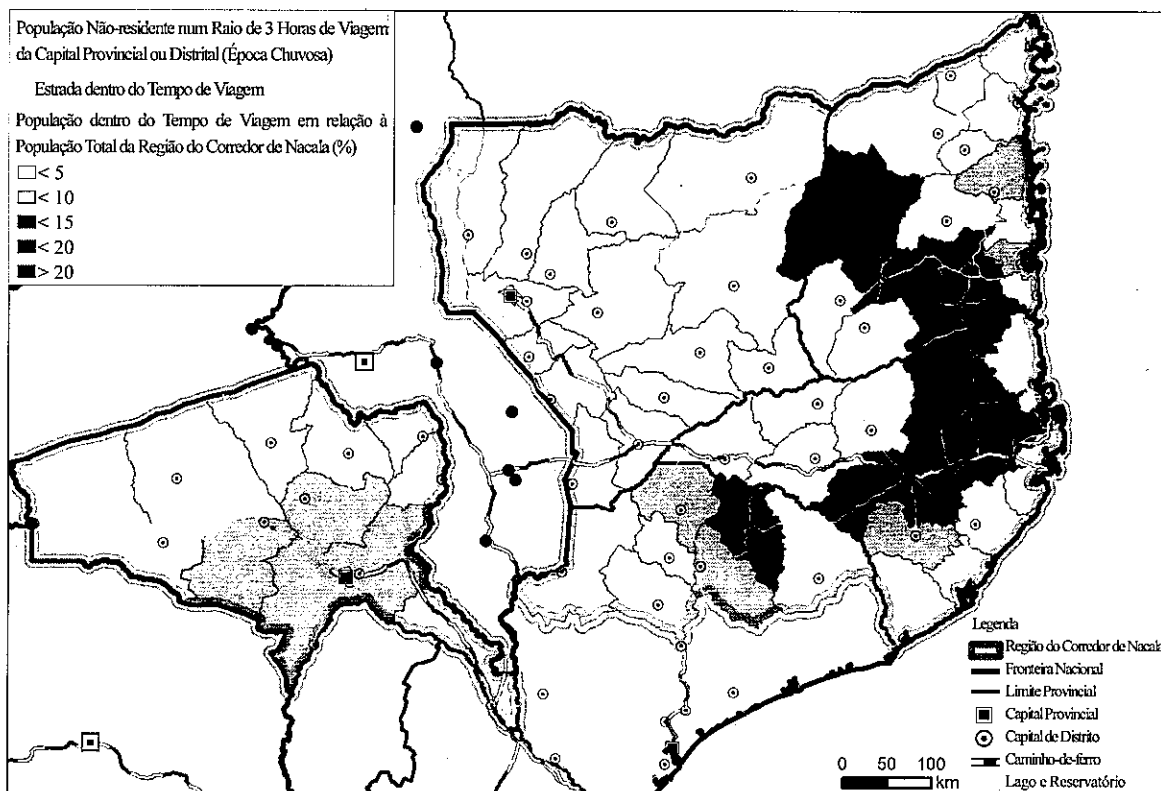
A acessibilidade reflete as condições das estradas. Há uma grande diferença no nível de acessibilidade entre a estação chuvosa e a estiagem, o que indica que muitas estradas se tornam impossíveis ou difíceis de se acessar na estação chuvosa. A acessibilidade é melhor na Província de Nampula e no sul da Província de Cabo Delgado, principalmente nas áreas ao longo da Estrada Nacional N1 na direcção norte-sul. Há uma tendência de distritos próximos às capitais provinciais apresentarem melhor acessibilidade nas Províncias de Niassa e Tete.

As taxas médias de acessibilidade na Região do Corredor de Nacala são de 7,8% na estação das chuvas e 17,5% na estiagem. No Japão, onde não há distinção clara entre as estações seca e chuvosa como Moçambique, a taxa média de acessibilidade durante todo o ano melhorou, de 28% em 1965, para 60% em 2003. Um grande factor por trás desta melhora no Japão é o aprimoramento das condições de estradas, em especial, nas áreas rurais. As taxas na Região do Corredor de Nacala devem melhorar por conta dos projectos de reabilitação das principais estradas, ora em andamento no país.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA

Figura 3.4.5 Acessibilidade na Estação Seca

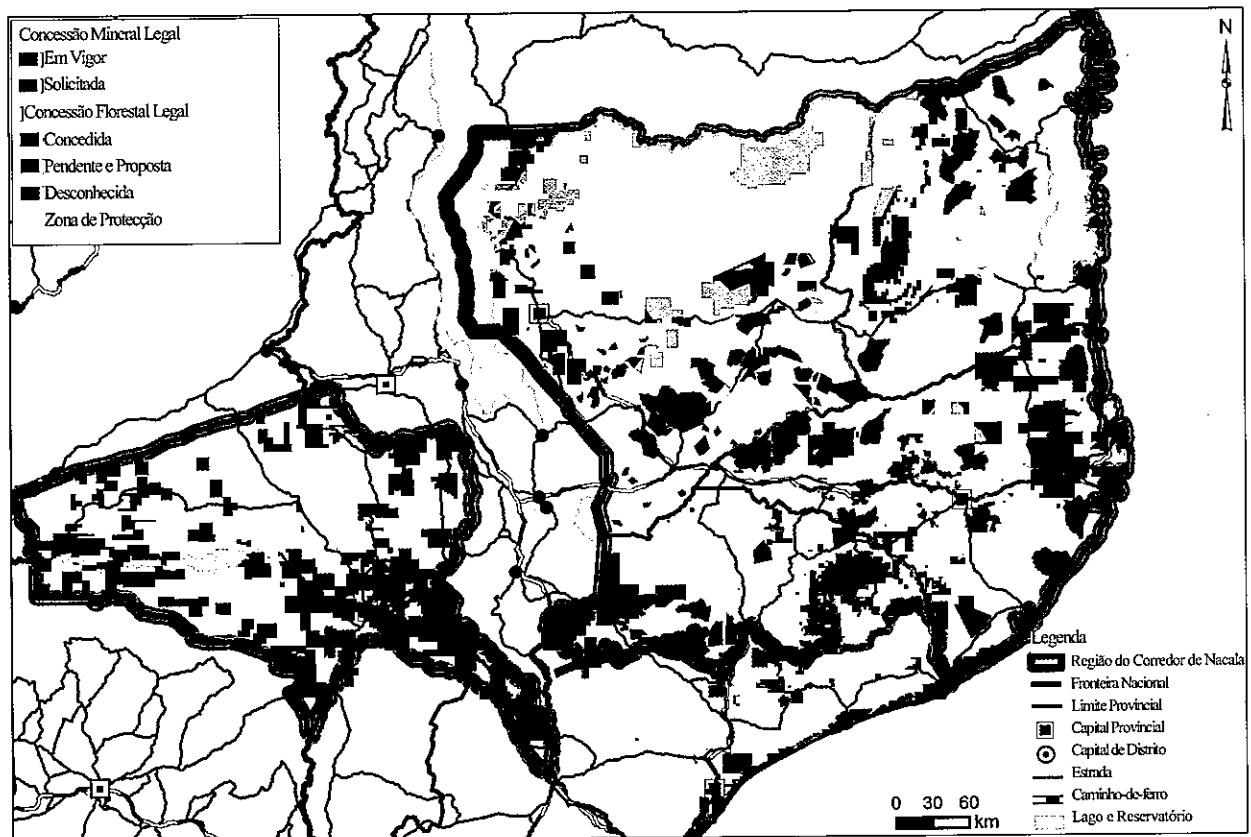


Fonte: Equipa de Estudo da JICA

Figura 3.4.6 Acessibilidade na Estação Chuvosa

3.4.5 Áreas de Concessão Mineral e Florestal

A Figura 3.4.7 mostra uma distribuição geográfica de concessões minerais e florestais no Corredor de Nacala. As concessões minerais estão concentradas na Província de Tete, na parte nordeste da Província de Nampula, na área a oeste da Província de Cabo Delgado e nas áreas ao longo do Lago Niassa, na Província de Niassa. As concessões florestais e outras podem ser encontradas na metade oriental da Região do Corredor de Nacala.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA

Figura 3.4.7 Concessões Minerais e Florestais

3.5 Características das Cinco Províncias

3.5.1 Resumo dos Principais Indicadores

Para compreender as características das cinco províncias, os principais indicadores são mostrados na Tabela 3.5.1, e um resumo dos Planos de Desenvolvimento Estratégico Provincial pode ser visto na Tabela 3.5.2.

Tabela 3.5.1 Resumo dos Principais Indicadores das Cinco Províncias

	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia (7 distritos)	Tete	Cinco Províncias
População						
População (2007, INE)* ¹	1.213.398	1.634.162	4.084.656	3.890.453 (1.808.220)	1.807.485	12.630.154
Densidade Populacional (pessoas/km ² , 2007, INE) ¹	9,91	58,7	52,3	37,0 (39,7)	17,6	29,7
Taxa de Crescimento Anual (1997-2007, %, INE)* ¹	6,04	2,69	3,72	3,45 (4,22)	5,79	4,34
População Urbana (2007, INE)* ¹	277.838	340.707	1.167.813	679.073 (220.108)	247.178	2.712.609
Taxa de População Urbana (%, 2007, INE)* ¹	22,9	20,8	28,6	17,5 (12,2)	13,7	21,5
Cobertura da Terra (AIFM, 2007)*²						
Floresta (km ²)	94.284	27.715	48.031	(19.529)	42.242	231.801
Formações Arbustivas (km ²)	9.761	8.024	10.451	(11.054)	24.080	63.369
Pradarias (km ²)	7.243	4.001	3.565	(1.300)	20.835	36.943
Áreas Agrícolas (km ²)	9.475	12.235	34.232	(11.452)	9.095	76.488
Áreas com Construção e sem Construção (km ²)	1.343	2.389	4.334	(2.240)	1.597	11.903
Águas (km ²)	294	767	299	(25)	2.800	4.186
Total (km ²)	122.400	77.873	78.169	105.008 (45.600)	100.648	424.690
Socioeconómico						
Taxa de Alfabetização (%, 2008, MICS)* ³	35,6	29,0	40,0	26,8	25,5	31,4
Taxa de Pobreza (%, 2009, INE)* ⁴	31,9	37,4	54,7	70,5	42,0	69,5
Taxa de Desemprego (%, 2004/5, INE)* ⁵	31,7	10,9	15,7	11,2	16,5	17,2
Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nativos, MICS)* ⁶	97,4	131,7	104,9	147,1	107,5	117,7
PIB Regional, Preço Constante: ano base 2003 (MT Milhão, 2011, INE)* ⁷	5.930,7	9.198,6	29.321,3	18.505,8	11.291,3	74.247,6
Fatias do Sector Económico (2011, INE)						
Agricultura, Pesca e Floresta (%)	49,2	51,1	40,0	50,8	20,1	41,8
Manufatura (%)	4,1	5,0	10,2	4,9	4,2	6,8
Outros (%)	46,7	43,9	49,8	44,3	75,7	51,4
Crescimento Anual do PIB Regional (%, 2005-2011)	8,6	9,3	9,2	8,9	5,9	8,5
Investimento Total (USD Milhão)	50,3	10,3	19,3	128,9	424,4	633,2
Condições Naturais *⁸						
Temperatura (Cidade Capital, 2011 para Tete)	15-23	22-26	22-28	22-28	23-28	18-27
Altitude Máxima (MINAG)	1.848	1.219	1.801	2.419	2.095	-

	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia (7 distritos)	Tete	Cinco Províncias
Infraestrutura						
Estrada Primária (km) (2011, ANE)* ⁹	743	417	987	1.031	540	3.718
Estrada Primária por Área de Terra (km/1.000km ²) (2011, ANE)* ⁹	6,07	5,35	12,63	9,82	5,37	8,75
Taxa de Estudantes em Turma (2010, %, MINED)* ¹⁰	51,0	50,4	56,7	51,4	51,3	52,2
Total do Número de Instalações de Saúde (2003, MISAU)* ¹¹	123	89	187	173	101	673
Agricultura						
Principais Cultivos (✓✓✓: >1 milhão de ton, ✓✓: > 100 mil ton, ✓: > 10 mil ton: 2007, MINAG)* ¹²						
Milho	✓✓	✓	✓	✓✓	✓✓	-
Mandioca	✓	✓	✓✓✓	✓✓✓	-	-
Arroz	-	✓	-	✓	-	-
Feijão	✓	-	-	✓	-	-
Feijão-Miúdo	-	✓	✓	-	-	-
Batata-Doce	✓	-	-	✓✓	✓✓	-
Castanha de Caju	-	-	✓	✓	-	-
Tabaco	✓	-	-	-	✓	-
Turismo						
Chegada de Visitantes Internacionais (2011, INE)* ⁷	2.380	10.192	3.976	3.206	6.225	25.979
Chegada de Visitantes Domésticos (2011, INE)* ⁷	10.358	12.273	11.173	18.824	14.065	66.693
Principais Recursos Turísticos (✓: Número de Área em Potencial, Equipa de Estudo da JICA)						
Praia* ¹³	✓	✓✓✓	✓✓✓	-	-	-
Safári* ¹³	✓	✓	-	✓	-	-
Outros* ¹³	✓	✓	✓	✓	✓✓	-
Desenvolvimento Urbano						
População de Principais Cidades (2007, INE* ¹)	Lichinga: 147.475 Cuamba: 81.982	Pemba: 141.082	Nampula: 483.572 Nacala Porto: 211.915 Nacala-à-Velha: 90.991	Quelimane: 195.758	Tete: 158.000 Moatize: 39.468	

Nota: Os números em negrito são os mais altos, e em itálicos, os mais baixos.

Fontes:

*1: Equipa de Estudo da JICA, com base no Censo Geral da População e Habitação de 2007, INE

*2: Equipa de Estudo da JICA, calculado por land cover GIS data da AIFM de 2007, e ajustado com o Relatório Anual de Estatística Nacional de 2011

*3: Pesquisa MICS, 2008, Relatório Final, INE

*4: Terceira Avaliação Nacional de Pobreza, 2010, MPD e INE

*5: Pesquisa Integrada sobre Força de Trabalho (IFTRAB), 2005-2006, INE

*6: Multiple Indicator Cluster Survey (MICS), 2008, INE

*7: Estatísticas do INE, 2011

*8: Instituto Nacional de Meteorologia de Moçambique (INAM), <http://www.inam.gov.mz/>, 2010 para Tete, 2011 para outros.

*9: Equipa de Estudo da JICA, com base no Relatório Final da Estratégia do Sector Rodoviário (RSS), 2007-2011, ANE

*10: Equipa de Estudo da JICA, com base nas Estatísticas do MINED (Ministério da Educação),

<http://www.mec.gov.mz/STATS/Pages/default.aspx>

*11: Plano Nacional para o Desenvolvimento de Recursos Humanos no Sector de Saúde, 2003, MISAU (Ministério da Saúde)

*12: Pesquisa Nacional sobre Agricultura (TIA), 2007, MINAG

*13: Equipa de Estudo da JICA

Tabela 3.5.2 Resumo dos Planos de Desenvolvimento Estratégico Provincial para as 5 Províncias

	Ano-Alvo	Visão, Missão e Objectivos
Niassa	2008-2017	Visão: Niassa terá consolidado bases para o combate contra a pobreza e a promoção de desenvolvimento de forma acelerada e sustentável. Missão: Acelerar o desenvolvimento social e económico na base sustentável, com a integração da província de forma competitiva dentro da economia nacional e regional. Objectivo Geral: Acelerar e consolidar o desenvolvimento económico, social e cultural da província, e reduzir a pobreza em 15% até 2017. Pilares de Desenvolvimento: Desenvolvimento social, económico e institucional.
Cabo Delgado	2010-2014	Objectivos Globais: <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação da unidade nacional, paz e democracia; • Luta contra a pobreza, e promoção de cultura no local de trabalho; • Boa governança, combate à corrupção, e cultura de responsabilidade; • Fortalecimento da soberania e • Fortalecimento da cooperação internacional. Pilares de Desenvolvimento: Desenvolvimento da Administração e Justiça, desenvolvimento social e humano e desenvolvimento da infraestrutura.
Nampula	2010-2020	Visão: A Província de Nampula como um exemplo nacional na área de produção e distribuição de riqueza e criação de empregos. Missão: Colocar a Província de Nampula nos padrões mais altos em termos de criação de riqueza, com seu epicentro no distrito, através da maximização da parceria da comunidade pública e privada. Pilares de Desenvolvimento: Crescimento económico, governança participativa, infraestrutura e promoção ambiental, desenvolvimento social e do capital humano.
Zambézia	2011-2020	Visão: Estabelecer base para um aumento sustentável da produção e da produtividade, em especial, na área agrária, para a criação de empregos e distribuição equitativa de riqueza, assim como para a redução da pobreza. Missão: Zambézia como um exemplo na área de produção e produtividade, em especial, na área agrária, criação de empregos, distribuição equitativa de riqueza e combate à pobreza. Pilares de Desenvolvimento: Desenvolvimento do capital humano e social, crescimento e desenvolvimento económico, boa governança/descentralização/combate à corrupção, e promoção da cultura de responsabilidade e questões transversais.
Tete (Draft)	2012-2021	Visão: A riqueza em potencial da província transformada em desenvolvimento socioeconómico de uma maneira integrada, sustentável e equitativa. Missão: Promover o desenvolvimento da província através da exploração sustentável de recursos, diversificação de investimentos, parcerias públicas e privadas em apoio à criação e redistribuição de riqueza, geração de empregos para melhorar as condições de vida da população. Pilares de Desenvolvimento: Promoção do crescimento económico, infraestrutura para apoiar o desenvolvimento económico e social, acesso aos serviços sociais básicos de alta qualidade, boa governança/administração pública e gestão financeira pública e questões transversais.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Estratégico Provincial para cada Província

3.5.2 Resumo sobre Cinco Províncias

(1) Província de Niassa

A Província de Niassa se localiza próxima à Tanzânia (o Lago Niassa se situa na sua fronteira) e a Malawi (há três postos na fronteira). Actualmente, possui a menor população (1,2 milhão) e a menor actividade económica (5.930,7 milhões de meticais em PIB Regional) entre as cinco províncias. Por outro lado, possui a maior área (122.400km²), a qual está coberta principalmente por florestas (77% do total da área superficial de Niassa, e 41% na Região do Corredor de Nacala). A Província de Niassa está situada a uma altitude relativamente alta e possui a temperatura mais baixa. Sua população urbana e a taxa de pobreza (31,9%) são relativamente baixas, apesar de apresentar o mais alto índice de desemprego (31,7%). Lichinga e Cuamba são as principais cidades da Província de Niassa, com uma população de 147.475 e 81.982 habitantes respectivamente. A extensão das estradas primárias por área é relativamente baixa, com 6,07km por 1.000km². Como sua taxa de desemprego é a mais alta (31.7%) entre as cinco províncias, é necessário desenvolver locais de

trabalho para as pessoas. Como potenciais de desenvolvimento, podem ser citadas as jazidas de carvão ao norte, turismo na região do Lago Niassa e da Reserva do Niassa, plantação florestal nos arredores da Cidade de Lichinga, e assim por diante.

(2) Província de Cabo Delgado

A Província de Cabo Delgado está localizada ao longo do litoral do Oceano Índico, e sua população é de cerca de 1,6 milhão de habitantes. O ritmo de crescimento do PIB no período entre 2005 e 2011, de 9,3%, era o mais alto entre as cinco províncias. Na fronteira com a Tanzânia, há somente um posto de controlo. Os principais sectores económicos são agrícola, pesqueiro e florestal (51,1%). Além disso, a beleza das linhas costeiras e das ilhas tem atraído muitos investimentos na área de turismo. De facto, o número de chegada de visitantes de outros países (10.192) é o maior entre as cinco províncias. Além disso, as taxas de pobreza e de desemprego são baixas (37,4% e 10,9% respectivamente). A capital de Cabo Delgado é Pemba, com 141.082 habitantes. Em Pemba, há um pequeno porto natural bastante profundo, utilizado principalmente para a expedição de madeiras para a China. Devido à pouca área plana em torno de sua baía, a região não é considerada própria para a produção em grande escala. Além da indústria agroflorestal, a Província de Cabo Delgado possui uma boa área pesqueira nas proximidades de Mocimboa da Praia. Grandes recursos de hidrocarboneto têm sido encontrados ao longo da área costeira, entre Palma e Pemba.

(3) Província de Nampula

A Província de Nampula, que abriga cidades como Nampula e Nacala Porto, é a província mais habitada (4,1 milhões de habitantes) e urbanizada entre as cinco províncias (28,6% da população vive em área urbana). A Cidade de Nacala Porto possui um porto natural de grande profundidade, que serve como portão para o Corredor de Nacala. A Cidade de Nacala Porto e Nacala-à-Velha têm sido designados como uma zona económica especial (ZEE), e têm atraído investimento directo na área de manufactura e outras indústrias. Desta maneira, a Província de Nampula tem o maior PIB Regional (29.321 milhões de MT) entre as cinco províncias, e um alto crescimento anual de PIB Regional (9,2%). A extensão das estradas primárias por área superficial é a mais alta (12,63km por 1.000km²). O aeroporto em Nampula desempenha um papel central na região norte de Moçambique. Há plano de o carvão da Província de Tete ser transportado por caminho-de-ferro desde Nampula até Nacala. Um novo aeroporto está a ser construído em Nacala. As estruturas urbanas destas cidades devem ser alteradas e seus planos urbanos concretos ainda têm de ser elaborados. Também, a taxa de alfabetização em Nampula é a mais alta (40,0%), o que permite dizer que a população na Província de Nampula é relativamente instruída. Há também potencial para o desenvolvimento de turismo com praias (Nacala e Angoche) e história e cultura (Ilha de Moçambique) como atrações.

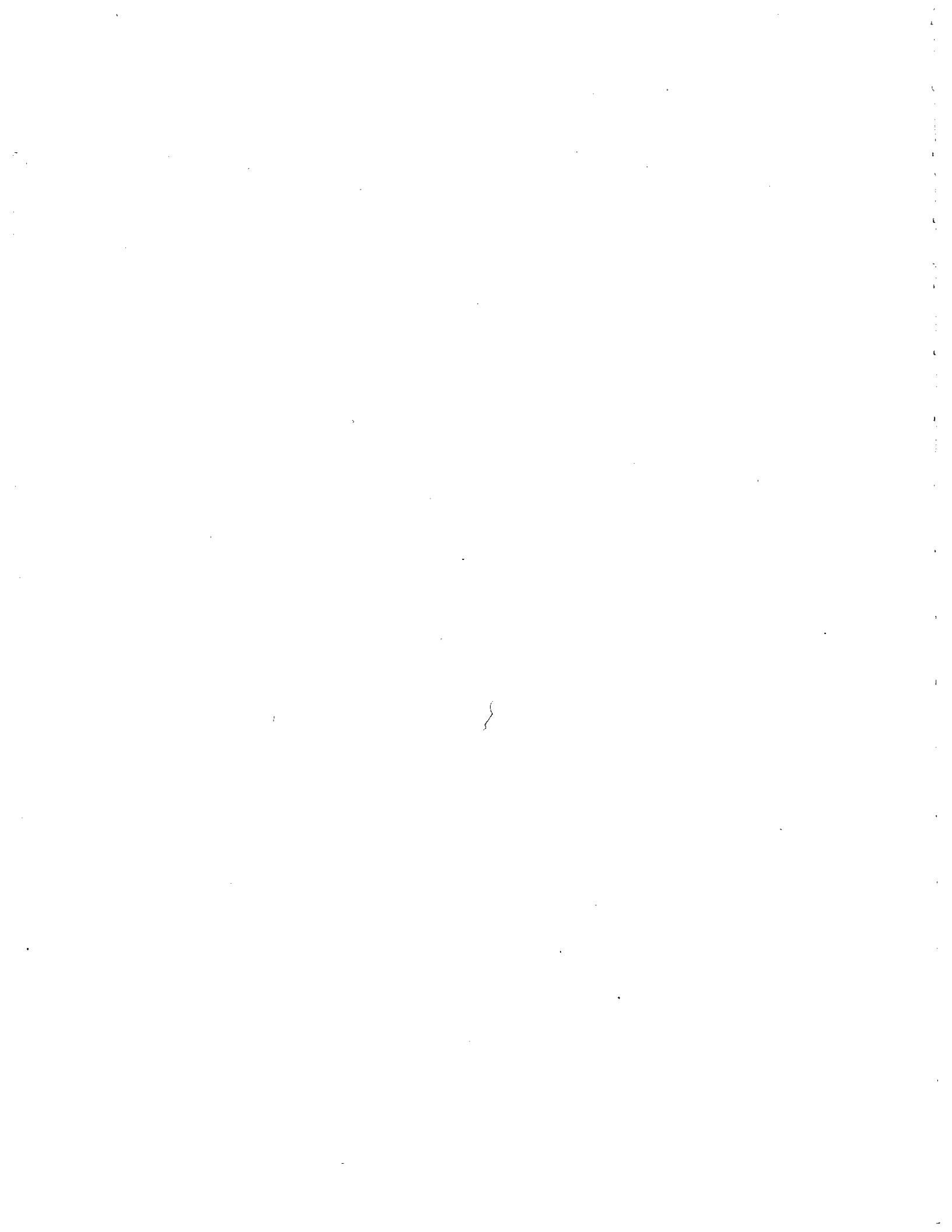
(4) Província da Zambézia

A população na Província da Zambézia era de 3,9 milhões de habitantes em 2007, e a província apresenta uma alta taxa de crescimento anual do PIB Regional (8,9%). A Província da Zambézia constituía a maior área de produção agrícola em Moçambique há 20 anos, entretanto, os conflitos armados político-militares provocaram sua destruição e ainda continuam a influir na região. Actualmente, a Zambézia tem 868 empresas de processamento, e a maioria delas é de micro porte. A taxa de pobreza é a mais alta (70,5%) entre as cinco províncias. O Rio Zambeze, que é o quarto rio mais longo na África (e conseqüentemente, o mais comprido de Moçambique) e o mais longo entre os rios que desembocam no Oceano Índico a partir da África, flui através desta província. Na

área de 7 distritos ao norte, há um grande potencial de desenvolvimento do sector agroflorestal, como o cultivo de chá nas proximidades de Gurué, algodão na região de Milange, arroz irrigado na área de Insaca, e assim por diante.

(5) Província de Tete

A Província de Tete é uma área bastante conhecida, onde se localiza a usina de energia eléctrica da Represa Cahora Bassa, e também é um local onde teve início a produção de carvão por investidores estrangeiros. Outras explorações de recursos minerais também estão a ser planeadas em Tete, como de ferro, fluorita, fostato, metal de base e ouro. Embora o crescimento do PIB Regional tenha sido o mais baixo (5,9%, 2005-2011) entre as cinco províncias, deve haver na região um rápido crescimento económico em um futuro próximo graças à exploração de recursos minerais. Actualmente, a porção no sector de serviços é a mais alta (75,7%) na província de Tete. Este facto pode estar relacionado à localização de Tete, cercado por Zâmbia, Malawi e Zimbábue. Possui 1,8 milhão de habitantes, alta taxa de pobreza (42,0%) e o total de investimento mais alto, com 424,4 milhões de dólares americanos. O valor corresponde a 67% do total das cinco províncias. No entanto, o grande investimento de capital não gerou empregos à população local por enquanto. Também, o índice de alfabetização, de 25,5%, é o mais baixo entre as províncias. A temperatura é a mais alta entre as cinco províncias, e possui solos apropriados para a produção de tabaco.



Capítulo 4 Condições Actuais dos Sectores Económicos

4.1 Sector Agrícola

4.1.1 Condições Actuais do Sector Económico

(1) Participação do Sector Agrícola e o Número de Agricultores

A agricultura é o maior sector económico em Moçambique, que gerou 29,4% do PIB em 2009. É estimado que o sector absorve aproximadamente 80% de toda a força de trabalho. Na Região do Corredor de Nacala, o percentual é ainda maior, como mostram as seguintes figuras:

Tabela 4.1.1 Projeção da Força de Trabalho por Sector Económico na Região do Corredor de Nacala

Sector Económico	2007 (10 ³ pessoas)	(%)
Agricultura, Pecuária, Pesca, Plantação Florestal	3.249	84,8
Mineração	12	0,3
Manufatura	90	2,3
Energia	4	0,1
Construção	49	1,3
Comércio & financeiro	259	6,7
Transporte & comunicação	19	0,5
Outros serviços	151	3,9
Total	3.833	100,0

Fonte: INE (2007) Censo da População e Habitação

O número total de famílias agrícolas (agricultura e pecuária) no país é de 3,837.797, enquanto que sua área total cultivada é de apenas 5,633.850ha. As famílias agrícolas são predominantemente de pequena escala, e a média de sua área cultivada é de apenas 1.47ha.

Tabela 4.1.2 Número de Famílias Agrícolas e Sua Área Cultivada em Moçambique¹

	Pequena	Média	Grand	Total
Famílias Produtoras (HH)	3,801.259	25.654	884	3,827.797
(%)	(99,3)	(0,7)	(0,0)	(100,0)
Área Cultivada (ha)	5,428.571	130.651	74.628	5,633.850
(%)	(96,4)	(2,3)	(1,3)	(100,0)
Média da Área Cultivada (ha/família)	1,43	5,09	84,4	1,47

Fonte: Censo Agrícola em 2009-2010, INE

¹ Escala de produção é definida como segue:

- Pequena escala: se todos os factores estão sob o "Limite 1".
- Média escala: se um dos factores é maior ou igual ao "Limite 1".
- Grande: se um dos factores é maior ou igual ao "Limite 2".

Factores	Limite 1	Limite 2
Área de cultivo não irrigado (ha)	10	50
Cultivo irrigado, cereais, horticultura, floricultura	5	10
Número de cabeças de gado	10	100
Número de cabeças de caprinos/ ovinos/ suínos	50	500
Número de aves	2.000	10.000

A tabela a seguir mostra a área cultivada por escala de produção e província, incluindo as províncias da Região do Corredor de Nacala. A área total cultivada nas cinco províncias da Região é de 3,63 milhões de hectares, dos quais 3,55 milhões ou 97,6% são cultivados pelos pequenos produtores, enquanto que 1,5% e 0,8% são cultivados pelos produtores de média e grande escala, respectivamente. Os percentuais dos agricultores de escalas média e grande são relativamente altos nas Províncias de Tete, de Gaza e de Maputo, enquanto que a proporção é muito limitada nas províncias do norte, que são os centros produtivos agrícolas do país.

Tabela 4.1.3 Área Cultivada por Escala de Produção e Província

Província	Pequena	Média	Grande	Total
Niassa	402.633 (98,3)	6.114 (1,5)	726 (0,2)	409.473 (100,0)
Cabo Delgado	487.273 (99,2)	3.194 (0,7)	684 (0,1)	491.151 (100,0)
Nampula	1.010.769 (97,4)	7.771 (0,7)	19.208 (1,9)	1.037.748 (100,0)
Zambézia	1.056.050 (98,6)	6.968 (0,7)	8.152 (0,8)	1.071.170 (100,0)
Tete	590.040 (94,7)	31.727 (5,1)	1.247 (0,2)	623.014 (100,0)
Manica	534.900 (96,2)	18.212 (3,3)	2.788 (0,5)	555.900 (100,0)
Sofala	458.150 (96,7)	10.696 (2,3)	4.702 (1,0)	473.548 (100,0)
Inhambane	403.284 (97,2)	10.553 (2,5)	1.004 (0,2)	414.841 (100,0)
Gaza	337.233 (92,6)	20.131 (5,5)	7.003 (1,9)	364.367 (100,0)
Maputo	119.572 (74,1)	12.714 (7,9)	29.066 (18,0)	161.352 (100,0)
Cidade de Maputo	28.667 (91,6)	2.571 (8,2)	48 (0,2)	31.286 (100,0)
Total (ha)	5,428.571 (96,4)	130.651 (2,3)	74.628 (1,3)	5,633.850 (100,0)

Fonte: Censo Agrícola de 2009-2010, INE

Nota1: A figuras entre parênteses mostram os percentuais da área cultivada em cada província.

Nota2: As escalas de produção são definidas pelo método referido na Nota da Tabela 4.1.1.

(2) Produção de Culturas Principais

O milho, mandioca, sorgo e milhete são as principais culturas alimentares tradicionais cultivadas pelos pequenos agricultores, enquanto o arroz é produzido pelos agricultores de grande escala e também pelos produtores individuais. A produção de trigo é insignificante, embora seja um importante alimento consumido pelos habitantes locais. A produção em 2010 de feijão foi a terceira maior do mundo, enquanto a mandioca ocupou a décima e a batata doce décima primeira posição do ranking mundial. A tabela a seguir mostra a área de colheita, produção e rendimento de cada cultura alimentar em 2010.

A maioria das culturas comerciais foi desenvolvida durante o período colonial, e o algodão, tabaco, castanha de caju e cana de açúcar ainda são as commodities importantes de exportação de Moçambique. Muitos produtores individuais iniciaram também a produção de culturas comerciais. O algodão e tabaco são cultivados pelos produtores integrados às empresas privadas que detêm o monopólio concedido pelo governo para contratar os agricultores e adquirir sua colheita obtida na

área sob concessão. A produção em 2010 de sementes de mamona foi a quarta maior do mundo, enquanto que a castanha de caju com casca ficou na décima primeira posição, o tabaco em bruto a décima segunda, o semente de gergelim a décima quinta e o coco a décima sétima do mundo.

Nampula, Zambézia e Tete são as províncias que lideram a produção de culturas no país, como se mostra a seguir. Essas também são as províncias relativamente populosas, e mais da metade das famílias agricultoras está concentrada nesta região.

Tabela 4.1.4 Produção das Principais Culturas em Moçambique

	Produção na Área de Estudo* (2007)		Posição em Moçambique		
	(1.000 toneladas)	% na produção nacional	1	2	3
Milho	725	64,0	Zambézia	Tete	-
Mandioca	3.623	79,5	Zambézia	Nampula	-
Arroz (moído)	90	87,4	Zambézia	Cabo Delgado	-
Sorgo	83	49,1	-	-	Tete
Milhete	16,6	66,4	Tete	0	Zambézia
Feijão Haricot	47,1	85,6	Niassa	Zambézia	Tete
Caupi	44	71,0	Nampula	Cabo Delgado	-
Amendoim	86	85,1	Nampula	Zambézia	Cabo Delgado
Batata Doce	530	61,6	Tete	Zambézia	-
Algodão	61	65,6	Cabo Delgado	-	Tete
Castanha de Caju	32,1	56,3	Nampula	Zambézia	-
Semente de Gergelim	13,3	70,0	Tete	Niassa	Zambézia
Tabaco	33,3	92,5	Tete	Niassa	Zambézia
Girassol	2,33	38,8	-	Zambézia	Tete

Nota: * Produção total de Cabo Delgado, Nampula, Niassa, Tete e de toda a Província de Zambézia.

Fonte: TIA 2007, MINAG

A tabela a seguir mostra a produção das principais culturas por província, inclusive as cinco províncias que integram a Região do Corredor de Nacala:

Tabela 4.1.5 Produção das Principais Culturas por Província (unidade: 1.000 toneladas)

Cultura	Região Norte			Região Centro				Região Sul			Total
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofara	Inhamitane	Gaza	Maputo	
Milho	104	86	94	229	212	212	97	29	61	11	1.133
Mandioca	88	45	1.144	2.322	24	171	123	442	156	42	4.557
Arroz (moído)	3	12	10	62	3	2	11	2	2	0,1	103
Sorgo	8	18	21	14	22	44	36	3	1	-	169
Milhete	0,9	0,2	1,5	3,4	10,6	2,4	3,6	0,5	1,8	-	25
Feijão Haricot	16	0,1	4	15	12	3	1	0,2	3	0,1	55
Caupi	1	12	20	6	5	3	2	9	3	1	62
Amendoim	3	11	50	12	10	3,3	3	8,3	2	1	101
Batata Doce	20	8	9	205	288	178	74	7	56	15	861
Algodão	1	24	11	9	16	17	15	0,02	0,02	0	93
Castanha de Caju	-	3,9	14,8	13,4	-	3,2	4,7	9,8	7,2	0,5	57
Semente de Gergelim	0,3	4	6	1	2	2	4	-	0	-	19
Tabaco	11	0,3	1	5	16	1	0,1	0,1	-	0	36
Girassol	0,1	0,02	0,01	2	0,2	3	0,04	0	0	-	6

Fonte: TIA 2007, MINAG

Nota: O cálculo total (nacional) não está correto para algumas culturas.

(3) Preços das Culturas e Rendimento em Dinheiro

De acordo com o PEDSA (2011-2020), menos de 10% de todas as famílias agrícolas colhem produtos excedentes e obtêm rendimento em dinheiro. Supõe-se que o percentual seja mais baixo nas áreas remotas. Com base nas entrevistas em campo conduzidas no ProSAVANA-PD, a maioria da produção excedente consiste em alimentos básicos, e o preço médio de cada cultura, tal como se mostra na tabela a seguir, é geralmente baixo. Essas culturas são adquiridas pelos intermediários na casa de cada agricultor ou num mercado próximo, e a disponibilidade limitada dos mercados para os produtores pode ser a causa do preço baixo.

Tabela 4.1.6 Preços de Venda do Produtor de Principais Culturas (Março – Julho, 2012)

No	Cultura	Preço (MT/kg)		No	Cultura	Preço (MT/kg)	
		Média	Faixa			Média	Faixa
1	Milho (grão)	4,2	3,0 - 5,0	14	Batata Doce	2,9	2,5 - 3,5
2	Mandioca (seca)	2,4	2,0 - 3,5	15	Batata	4,8	4,5 - 6,0
3	Sorgo (grão)	4,9	4,0 - 6,5	16	Cebola	15	10,0 - 20,0
4	Milhete (grão)	14,9	14,5 - 15,0	17	Tomate	7,1	5,0 - 7,5
5	Arroz (de arrozal, grão)	4,2	3,5 - 5,0	18	Repolho	8,8	8,0 - 10,0
6	Trigo	-	-	19	Semente de Gergelim	23,0	20,0 - 25,0
7	Amendoim (com casca)	21,5	17,5 - 25,0	20	Semente de Girassol	5,0	5,0
8	Amendoim (sem casca)	5,9	5,0 - 7,0	21	Castanha de Caju	12,8	10,0 - 17,5
9	Feijão Haricot	19,5	18,0 - 25,0	22	Banana	6,7	6,0 - 7,0
10	Caupi	5,6	5,0 - 7,5	23	Cana de Açúcar (planta)	1,5	1,5
11	feijão-mungo-verde	10,6	7,0 - 13,0	24	Algodão	15,0	15,0
12	Guandu	12,8	10,0 - 18,0	25	Tabaco (alta qualidade)	60,0	60,0
13	Soja	12,1	10,0 - 15,0				

Fonte: Plano Director ProSAVANA (2014) (versão minuta)

(4) Uso da Terra

Como mencionado anteriormente, a maioria dos agricultores está engajada no cultivo rotativo de pequena escala. Embora seja difícil identificar a área exata do solo em pousio, de acordo com o Estudo ProSAVANA, estima-se que a área da terra arável na Área de Estudo do ProSAVANA², inclusive o solo em pousio, seja duas ou três vezes maior que a área actualmente cultivada.

A Lei de Terras de Moçambique (Lei nº 19/97) regulamenta que os direito de uso da terra (DUAT: “Direito de Uso e Aproveitamento da Terra”) pode ser declarado se o habitante ocupou o solo de acordo com as normas costumeiras ou se ele tem o utilizado durante pelo menos 10 anos. No entanto, os agricultores, na sua maioria, praticam a agricultura sem terem registado o DUAT, uma vez que não é compulsório o registo do direito obtido através da ocupação de boa fé pelos nacionais. Os agricultores também não reconhecem a necessidade e o benefício do DUAT e da própria Lei de Terras. Adicionalmente, a taxa de registo do DUAT é demasiadamente alta para os pequenos agricultores cadastrarem suas terras. Como resultado, poucos produtores de pequena escala solicitam o registo de DUAT. Assim, os investidores podem chegar e pensar que esses terrenos, ocupados mas não cadastrados, estão disponíveis, e isso tem causado conflitos entre os produtores locais e os investidores externos.

Além disso, em algumas áreas da Região do Corredor de Nacala, onde a densidade demográfica é relativamente alta e há expectativa de que será ainda mais alta no futuro, a disposição do terreno

² A Área de Estudo do ProSAVANA-PD é constituída de 19 distritos das Províncias de Nampula, de Niassa e da Zambézia, com uma área total de 107.000km².

será insuficiente para possibilitar o cultivo feito por todos os agricultores. Na realidade, as disputas de terrenos entre os membros das comunidades locais têm ocorrido nas áreas mais populosas, quando, por exemplo, os recém-chegados tentam expandir sua terra e acabam cultivando o solo de um outro, que se encontra em pousio.

4.1.2 Políticas e Programas para o Sector de Agricultura

(1) Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA)

O governo aprovou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA, 2011-2020) no dia 3 de Maio de 2011. O PEDSA surge como um quadro orientador, condutor de sinergias e ferramenta harmonizadora para promover o desenvolvimento da agricultura, tendo como meta realizar um crescimento médio anual do sector de 7%.

No PEDSA, a visão para a agricultura desenvolvida é definida como "um sector agrário integrado, próspero e sustentável", e a missão é de "contribuir para a segurança de alimento e a renda dos produtores agrícolas de forma competitiva e sustentável, garantindo a igualdade social e de gênero". Os objectivos estratégicos (pilares) são os seguintes:

- Elevar a produtividade e a produção, a competitividade e sua contribuição à segurança de alimento e nutrição;
- Aprimorar o quadro orientador e os serviços para um maior acesso ao mercado;
- Uso sustentável de recursos, terra, água, floresta e fauna;
- Fortalecer as instituições e organizações para o desenvolvimento agrário.

O PEDSA será implementado pelos programas quinquenais e anuais:

- O Programa Quinquenal de 2010 a 2014 harmoniza as actividades sectoriais para possibilitar melhorias significativas no uso de terra, água e floresta, com o objectivo de alcançar as Metas de Desenvolvimento do Milénio. O Plano de Ação para a Produção de Alimentos (PAPA) para o período de 2008 a 2011 faz parte do PEDSA durante os primeiros cinco anos;
- O Programa Quinquenal de 2015 a 2019 consolida a segurança de alimento e amplia o acesso aos mercados nacional, regional e global. A base operacional para este período será estabelecida em função das lições aprendidas durante a implementação dos primeiros cinco anos.

(2) ProSAVANA

Um programa de cooperação trilateral chamado "ProSAVANA" foi iniciado depois da assinatura do acordo em Setembro de 2009. Tem como objectivo criar novos modelos de desenvolvimento da agricultura ao longo do Corredor de Nacala, com devidas considerações à segurança humana, a segurança de alimento e a redução da pobreza entre a população local, bem como a protecção à vida selvagem e preservação do meio ambiente. O ProSAVANA é constituído de três componentes: 1) Melhoria da Capacidade de Estudo e Transferência Tecnológica (ProSAVANA-PI); 2) Apoio ao Plano Director de Desenvolvimento Agrícola no Corredor de Nacala (ProSAVANA-PD); e 3) Melhoria da Capacidade dos Serviços de Extensão Agrícola (ProSAVANA –PEM).

(3) Outros Projectos de Cooperação Internacional

Há uma série de projectos em curso para apoiar o desenvolvimento da agricultura em Moçambique, com assistência dos países e organizações tais como o Canadá, Suíça, Finlândia, CE, Itália, Reino Unido, Suécia, FIDA, Banco Mundial, PNUD, FAO, EUA e MCC, Japão e Noruega. Observa-se

que o número de investimentos no sector da agricultura está a crescer. As informações obtidas sobre o CEPAGRI mostra que os investimentos no total de 386 milhões de dólares e o emprego de 13.800 trabalhadores estão em planificação.

4.2 Sector Florestal

4.2.1 Condições Actuais do Sector Florestal

(1) Área Florestal

Moçambique tem excelentes condições agroclimáticas para o crescimento de árvores e faz frente com o Oceano Índico que aproxima o país aos grandes mercados emergentes, como o da Índia e o da China. De acordo com as "Estratégias de Reflorestamento", Moçambique tem 36 milhões de hectares de terra arável e, no momento, somente 14 milhões estão em uso para a produção agrícola, inclusive a plantação industrial de árvores. Adicionalmente, as estratégias afirmam que cerca de 15 milhões de hectares de terra são necessárias para o país alcançar a autossuficiência alimentar total. Portanto, aproximadamente 21 milhões de hectares de terra estaria disponível para outros fins além da produção doméstica de alimentos, inclusive a plantação florestal industrial.

Como o percentual de cobertura florestal das cinco províncias relacionadas com a Região do Corredor de Nacala é elevado, o potencial para a plantação florestal é relativamente alto no país. A Região do Corredor de Nacala é caracterizada como uma importante área para esta actividade.

Tabela 4.2.1 Cobertura Florestal das Cinco Províncias Relacionadas com a Região do Corredor de Nacala e Moçambique

Província	Área Total (km ²)	Área Florestal (km ²)	Percentual de Cobertura Florestal (%)
Área de Estudo	48.217	26.289	54,5
<i>Cabo Delgado</i>	7.787	4.803	61,7
<i>Nampula</i>	7.817	2.771	35,5
<i>Niassa</i>	12.240	9.429	77,0
<i>Tete</i>	10.065	4.221	41,9
<i>Zambézia*</i>	10.308	5.064	49,1
Outras Províncias	29.775	13.779	46,3
Moçambique	77.991	40.068	51,4

Nota: * A área e o percentual mostram os dados de toda a Província de Zambézia.

Fonte : AIFM 2008, MINAG

(2) Produção e Exportação

A madeira produzida na Região do Corredor de Nacala é exportada aos mercados internacionais, pelo Porto de Nacala ou o de Pemba. Na verdade, não há produção a partir de florestas plantadas, isto é, a madeira exportada é produzida das florestas naturais sob o regime de concessões florestais controladas pelos Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia (SPFFB/DPA). O volume médio anual da exportação de madeira é 20.000 m³ de Nacala e 30.000 m³ de Pemba. Este último volume, de Pemba, está a crescer, dentro do contexto de que há recursos florestais tropicais naturais relativamente abundantes na Província de Cabo Delgado. O principal mercado de madeira é a China. Mas o volume total de concessões está controlado e não aumentará muito.

4.2.2 Políticas e Programas para o Sector Florestal

(1) Estratégia Nacional para Reflorestamento

Para promover o desenvolvimento económico do sector florestal do país, a Estratégia Nacional de Reflorestamento foi estabelecida em 2009. O objectivo geral da Estratégia é aumentar a contribuição do sector para a redução da pobreza, e realizar o desenvolvimento socioeconómico ambiental através da criação de uma indústria florestal moderna, dinâmica e competitiva e da cadeia de valores baseada na plantação florestal. Algumas das metas estabelecidas na Estratégia envolvem a plantação florestal, no mínimo, um milhão de hectares até 2030, a criação de, pelo menos, 350 mil empregos permanentes ao longo dos próximos 20 anos, a atração dos investimentos privados em reflorestamento no mínimo de um bilhão de dólares, e a geração de uma receita anual de 1.500 milhões de dólares pela exportação de produtos manufacturados de origem florestal.

(2) Projectos de Cooperação Internacional

O Japão e a Finlândia estão a apoiar o sector florestal pela assistência técnica à capacitação, a concessão de auxílio não reembolsável para a preservação florestal e os projectos ligados à REDD+³ (Ver Tabela 4.2.2).

Tabela 4.2.2 Projectos de Cooperação Internacional no Sector Florestal

Tipo/Nome de Projecto	Resumo
JAPÃO	
Assistência Técnica ¹⁾	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enviar um especialista da JICA como aconselhar no reforço da gestão florestal da DNTF (Direcção Nacional de Terras e Florestas) ✓ Fornecer a tecnologia relativa ao sistema REDD+ ✓ Reforçar a capacidade de gestão florestal, a gestão florestal nas comunidades, e o monitoramento e avaliação de florestas
Auxílio não Reembolsável: Programa de Preservação de Florestas ²⁾	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valor do auxílio: 700 milhões de yen (aprox. US \$8,75 milhões) ✓ Fornecer os bens e serviços para reforçar a capacidade de gerenciamento florestal Moçambicano (imagens via satélite, computadores, dispositivos de amostragem, servidores, veículos para pesquisa e gestão) ✓ Criar uma plataforma sustentável de informações de recursos florestais e monitorar a REDD+
Projecto de Criação da plataforma sustentável de informações de recursos florestais para monitorar a REDD+ ³⁾	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Período do Projecto: programa quinquenal a partir de 2012 ✓ Províncias Pilotos; Gaza e Cabo Delgado ✓ Desenvolver um sistema de banco de dados que sirva como a plataforma de informações de recursos florestais ✓ Aprimorar a monitoração, relatório e verificação ✓ Estimar o Nível de Emissão de Referência e/ou Nível de Referência ✓ Desenvolver o conjunto de dados necessários para a estimativa de biomassa e quantidade de carbono
FINLÂNDIA	
Programa de Apoio ao Sector Florestal em Moçambique ⁴⁾	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Área do Programa; Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Niassa ✓ Cronograma: Agosto de 2009 a Julho de 2014 ✓ Objectivo Geral: <ul style="list-style-type: none"> ➢ Gestão florestal mais sustentável ➢ DNTF, SPFFB com melhor capacidade de gerenciar os recursos florestais e faunísticos ➢ Indústria de madeira que produz produtos de qualidade e gerencia bem suas concessões ➢ Instituições de investigação florestal e de formação com melhor capacidade de implementar os estudos sobre as questões ligadas às florestas e mudanças climáticas ➢ Comunidades e pequenos agricultores que se beneficiam das oportunidades de negócios ligados à floresta e fauna bravia
<p>Fonte: 1) JICA website; http://gwweb.jica.go.jp/km/ProjectView.nsf/0/1624082515fa34ce492577ea007a02a3?OpenDocument 2) MoFA website; http://www.mofa.go.jp/mofaj/press/release/22/4/0428_09.html 3) JICA website; http://www.jica.go.jp/oda/project/1100607/index.html 4) Forest Sector Support Programme in Mozambique, Programme Document, Ministry for Foreign Affairs of Finland, March 2009, Unit for Southern Africa</p>	

³ REDD+: (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal nos países em via de desenvolvimento; e o papel da conservação, gestão sustentável de florestas e reforço do sequestro de carbonos nas florestas nos países em via de desenvolvimento)

(3) Plantação Florestal Industrial (Fase Actual e Fase em Planificação)

A plantação florestal industrial nas regiões centro e norte de Moçambique tem sido desenvolvido principalmente a partir de 2005 e a área plantada na Província de Niassa está cada ano a expandir-se. Várias empresas já estão a investir no sector florestal em Niassa, e a maioria dessas empresas é de propriedade dos acionistas suecos (Global Solidarity Forest Fund). Adicionalmente, é esperado que um outro centro de plantação industrial seja construído na parte central de Nampula, nos Distritos de Mecuburi, Ribaué, Nampula and Murrupula. Espera-se um rápido crescimento neste sector também no norte da Província de Zambézia.

Os projectos de plantação florestal em curso e em planificação na Região do Corredor de Nacala cobrem uma área de 10 mil hectares na Província de Cabo Delgado, 126 mil hectares na Província de Nampula, 825 mil hectares na Província de Niassa e 466 mil hectares na Província de Zambézia (ver na Tabela a seguir).

Tabela 4.2.3 Empresas de Plantação Florestal Industrial e Operações na Região do Corredor de Nacala

Província	Distrito	Empresa	Área (ha)	Especie de Árvore	Investidor
Cabo Delgado	n.a.	MedEnergy	10.000	*1 Palmeira	MedEnergy da Itália
Cabo Delgado Sub-Total			10.000		
Nampula	Mecuburi, Ribaué, Nampula, Murrupula	Lurio Green Resource	126.000	*1 Eucalipto, pinho e acácia	Green Resources (Noruega) e Norwegian Fund
Nampula Sub-Total			126.000		
Niassa	Lago, Sanga, Lichinga	Chikweti	140.000	*2 Eucalipto e indigenous sp.	Global Solidary DITH(EUA), GSFF(Suécia), Fundação Universitária, Sociedade de Móveis de Licungo, Diocese de Niassa, etc.
Niassa	Lichinga, Sanga, Lago, Ngauma, Muembe, Majune	Florestas de Niassa	210.000	*2 Eucalipto e pinho	Rift Valley Forestry, Malonda Foundation
Niassa	Ngauma, Mandimba	Florestal de Messangulo	100.000	*2 Eucalipto e pinho	GSFF
Niassa	Muembe	New Forests	87.000	*2 Eucalipto e pinho	New Forests Company (Reino Unido)
Niassa	Sanga	Green Resources Niassa	42.330	*2 Eucalipto e pinho	Green Resources (Noruega)
Niassa	Lichinga	Florestas do Planalto	165.700	*2 Eucalipto e pinho	UPM (Finlândia)
Niassa		Malonda Foundation	80.000	*2 Eucalipto e pinho	Suécia & Moçambique
Niassa Sub-Total			825.030		
Zambézia	Ile, Namarroi	Portucel	173.327	*3 Eucalipto	Grupo Portucel/Soporcel (Portugal)
Zambézia	Alto Molocue, Ile, Lugela	Ntacia Florestas	57.485	*4 Eucalipto e pinho	GSFF 53%, DITH 35%, Diocese de Niassa 10%, outros pequenos investidores diversos 2%
Zambézia	Gurue, Milange, Namarroi	Tectona Forests	117.874	*4 Teca	GSFF 53%, DITH 35%, Diocese de Niassa 10%, outros pequenos investidores diversos 2%
Zambézia	Lugela, Milange	Winnua, Lda	1.000	*3 n.a.	n.a.
Zambézia	Gurué, Milange, Namarroi	A.T.F.C. Madeiras e Agricultura	116.074	*4 n.a.	n.a.
Zambézia Sub-Total			465.760		
Total			1,426.790		

Fonte *1 : Equipa de Estudo da JICA

*2 : Seminário sobre as Plantações Florestais e sua Indústria de Niassa, 6 de Agosto de 2012, Associação Florestal de Niassa

*3 : SPGC/Zambézia.

*4 : SPGC/Zambézia, inclusive uma proposta em processo,

Nota *GSFF: Global Solidarity Forest Fund é um fundo de investimento, com sede na Suécia, com foco no sector florestal Moçambicano. O GSFF desenvolve projectos que proporcionem retornos a seus investidores ao mesmo tempo que promovam o desenvolvimento comunitário e a integridade ambiental.

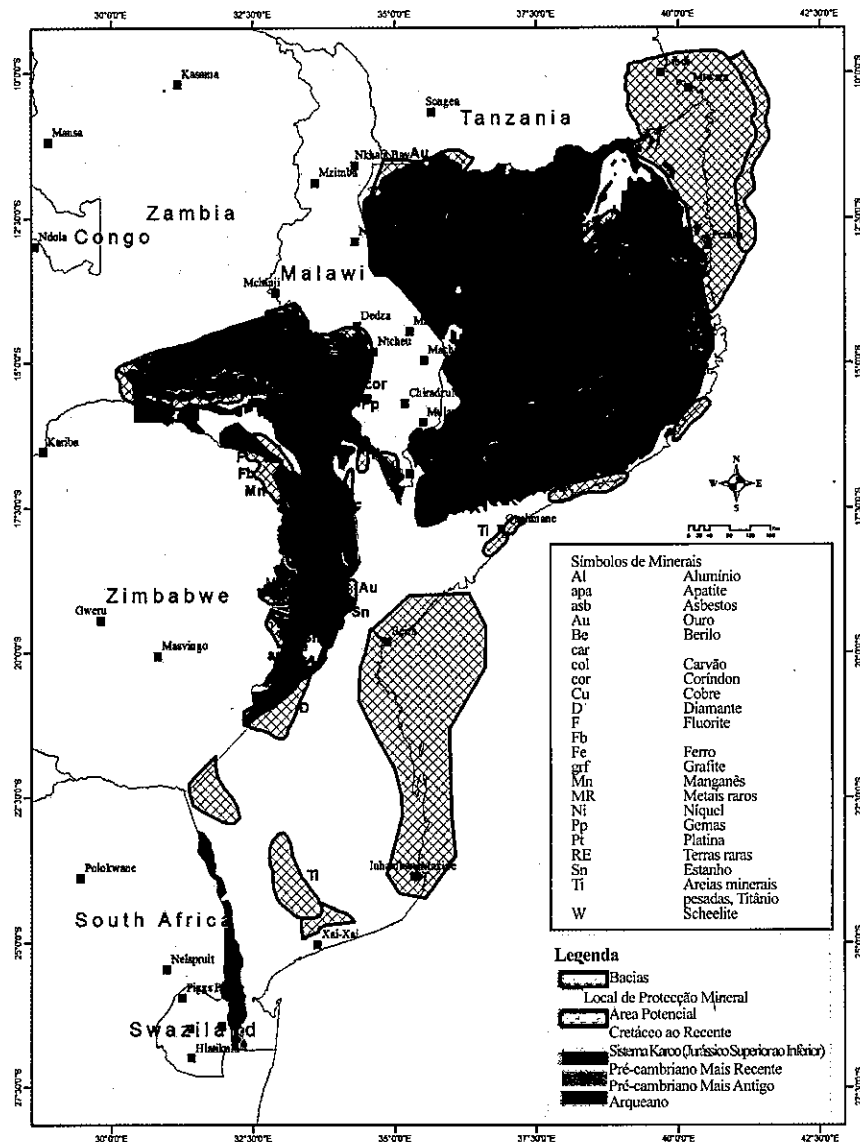
*DITH : Diversified International Timber Holdings (EUA)

4.3 Indústria de Mineração

4.3.1 Condições Actuais dos Recursos Minerais em Moçambique e na Região do Corredor de Nacala

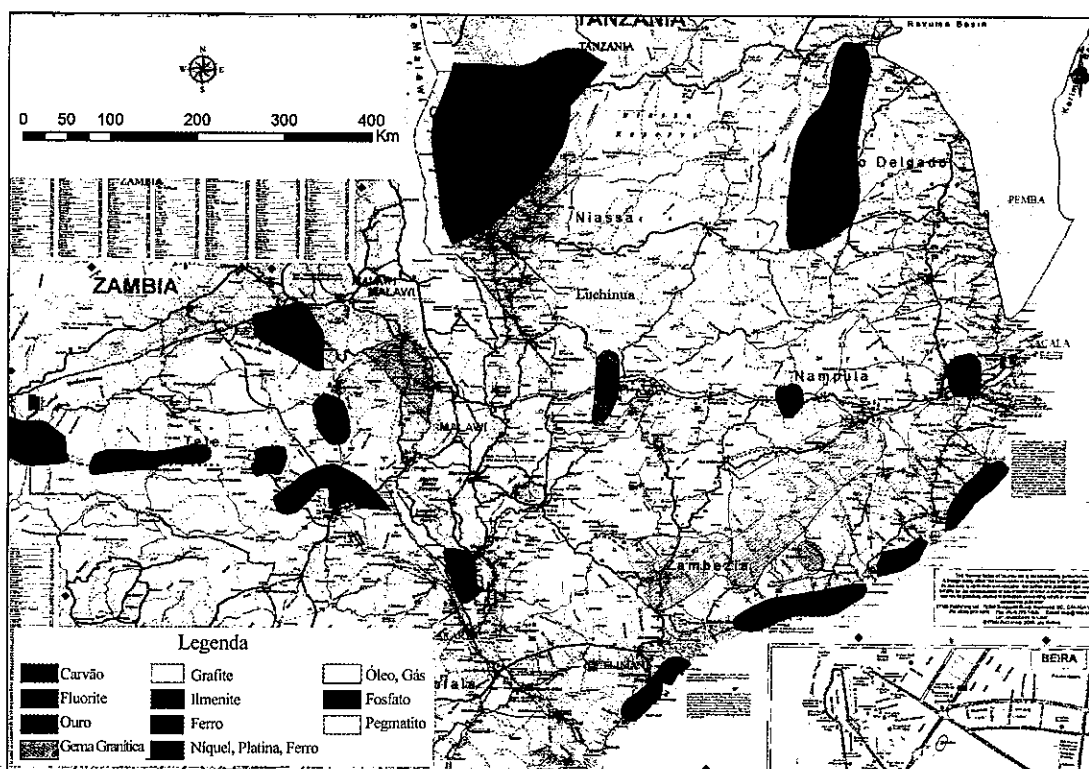
Vários tipos de recursos minerais têm sido descobertos em Moçambique, e o país agora é um importante produtor de metais, com a sua produção representando, no mundo (em 2011), 7% de titânio, 3% de zircônio e 1% de alumínio. Os recursos de alumínio, gás natural e ilmenita ocupam respectivamente 50%, 6% e 4% da receita nacional proveniente da exportação (2011). A geologia de Moçambique pode ser classificada, de grosso modo, em quatro categorias como se mostra na Figura 4.3.1, e cada categoria possui diferentes tipos de depósito de minérios, em correspondência às características geológicas.

Os recursos minerais distribuídos na Área de Estudo e financeiramente viáveis são o carvão e o gás natural que são fontes de energia, e os minérios metálicos, areia mineral e pigmatitos.



Fonte : Equipa de Estudo da JICA com base no Mapa Geológico de Moçambique

Figura 4.3.1 Mapa de Recursos Minerais de Moçambique



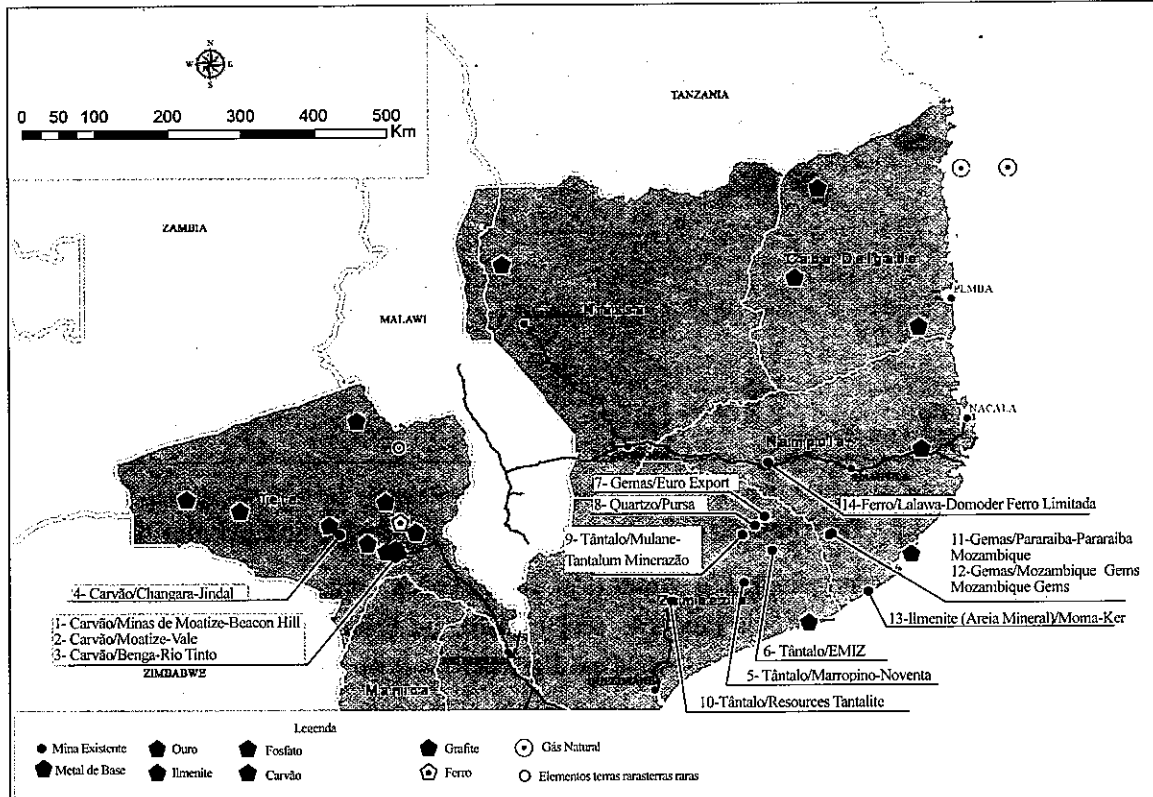
Fonte : Equipa de Estudo da JICA com base nos dados fornecidos pelo Ministério dos Recursos Minerais

Figura 4.3.2 Distribuição de Recursos Minerais na Região do Corredor de Nacala

Além disso, o fosfato, fluorita e grafite são considerados como recursos minerais industriais (matéria prima industrial) cuja produção será iniciada em breve. Quanto aos outros recursos, a mineração e exploração de pequena escala em alguns locais estão a ser conduzidas, por exemplo, de minério de ferro (magnetita) que tem potencial de exploração. O cascalho, granito, mármore e calcário também têm o potencial similar de serem explorados como materiais de construção, embora seja em pequena escala. As pedras preciosas tais como berilo e corindo também estão a ser exploradas localmente. Apesar do facto de que o ouro e os diamantes estão presentes, nenhum dos depósitos têm sido identificados como adequados para a exploração em grande escala. Os jornais noticiam que os investidores estrangeiros de vez em quando implementam projectos de prospeccção de metais. No entanto os resultados são raramente publicados. Isto significa que é muito difícil encontrar grandes depósitos de minérios. A Figura 4.3.2 mostra a distribuição de recursos minerais na Área de Estudo. O carvão mineral na Província de Tete e o gás natural na Província de Cabo Delgado são os de maior potencial para atender a demanda global crescente. Adicionalmente, a areia mineral existente ao longo da área costeira, de Cabo Delgado a Zâmbia, contém o ilmenita, rutilo e zircão. No pegmatito, distribuído em toda a Província de Zâmbia, encontram-se os recursos tais como o tântalo, terras raras e pedras preciosas. Outros recursos descobertos até o momento são: o fosfato na área de Monapo, localizada 100km a leste de Nampula; o grafite na área de Ancuabe, 100km sul da Cidade de Pemba na Província de Cabo Delgado; o fosfato na área 30km a noroeste da Cidade de Tete na Província de Tete; o minério de ferro localizado 30km a nordeste da Cidade de Tete; e o fluorite na parte sul da Província de Tete. Uma mina de ouro foi descoberta numa área chamada “Niassa Gold Belt” a noroeste da Província de Niassa, mas seu desenvolvimento em grande escala não é viável. Um jornal informou que uma empresa iniciou a exploração de ouro na parte norte do Lago Cahora Bassa no oeste da Província de Tete. Há

possibilidade de se encontrar reservas de níquel e cobre na vasta área no oeste da Província de Cabo Delgado. Da mesma forma, espera-se descobrir a distribuição de minérios metálicos tais como o níquel na área de 150km a norte da Cidade de Tete.

Há 14 minas na Região do Corredor de Nacala actualmente em operação comercial. A Figura 4.3.3 e a Tabela 4.3.1 mostram seus locais e o resumo dos projectos. Existem quatro minas de carvão, uma de areia mineral, quatro pequenas de tântalo, quatro pequenas que produzem a água-marinha e esmeralda, e uma pequena de minério de ferro.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base na Direcção Nacional de Minas

Figura 4.3.3 Locais de Operação de Minas na Região do Corredor de Nacala

Tabela 4.3.1 Minas em Operação na Região do Corredor de Nacala

Província	Mercadoria	Nome do Projecto	Sócios	Tipo	Capacidade de Produção
Tete	Carvão	Minas de Moatize	Beacon Hill	Sedimentar	2 milhões de ton/ano
	Carvão	Vale Moatize	Vale	Sedimentar	22 milhões de ton/ano
	Carvão	Benga	Rio Tinto, Tata	Sedimentar	10 milhões de ton/ano
	Carvão	Changara	Jindal	Sedimentar	10 milhões de ton/ano
Zambézia	Tântalo	Marropino	Noventa	Pegmatito	N/A
	Tântalo	EMIZ	N/A	Pegmatito	N/A
	Gemas (turmalina)	Euro Export	N/A	Pegmatito	N/A
	Quartzo	Purusa	N/A	Pegmatito	N/A
	Tântalo	Muiane	Tantaum Mineração Prospecção Limitada	Pegmatito	25 ton/ano (2010)
Nampula	Tântalo	Resources Tantalite	N/A	N/A	N/A
	Gemas	Pararaiba	Pararaiba Mozambique	Pegmatito	N/A
	Gemas	Mozambique Gems	Mozambique Gems	Pegmatito	N/A
	Ilmenite (minério de titânio)	Moma	Kermare	Areia Mineral	Produção de 2010 Capacidade: 800.000 toneladas (ilmenite), 50.000 toneladas (zircão), 14.000 toneladas (rutilo)
	Ferro	Lalawa	Domodor Ferro Limitada	Vulcânicas	N/A

Fonte: Equipa de Estudo JICA com base na Direcção Nacional de Minas

4.3.2 Perspectivas Futuras do Sector de Mineração

O plano para a produção de carvão mineral implementado pelos quatro projectos na Província de Tete é resumido a seguir. O volume total de produção é planificado para crescer de 12 milhões de toneladas anuais em 2013 para 53 milhões em 2017, e 60 milhões em 2022.

Na Região do Corredor de Nacala, os recursos de hidrocarbonetos têm sido descobertos sucessivamente, na bacia de Rovuma que se estende ao longo da área costeira, de Tanzania, Cabo Delgado a Nampula. Os recursos descobertos são constituídos principalmente de gás natural. Os recursos petrolíferos exploráveis não têm sido encontrados até o momento.

Há seis licenças offshore e uma onshore, que envolvem a bacia de Rovuma. A licença offshore para a Área 1 (concedida à Anadarko e a Mitsui & Co., Ltd) iniciará sua produção em 2018. Outras licenças, além daquelas para a Área 1 e Área 4, se encontram no seu estágio inicial de exploração ou anterior à exploração. A exploração em curso na Área 1 continuará até o final de 2013, seguida da decisão de proceder ou não ao estágio de desenvolvimento. Como os recursos em volume enorme já se encontram localizados, o estágio de desenvolvimento da área é vista como praticamente garantido. A Anadarko, operadora da Área 1, planeia construir plantas de liquidação em terra, para produzir o gás natural liquefeito no volume de 10 milhões de toneladas anuais, o qual deve ser expandido para 30 milhões de toneladas anuais no futuro. Espera-se que o gás natural liquefeito produzido seja exportado aos países como o Japão e a Índia, além de ser consumido no mercado interno.

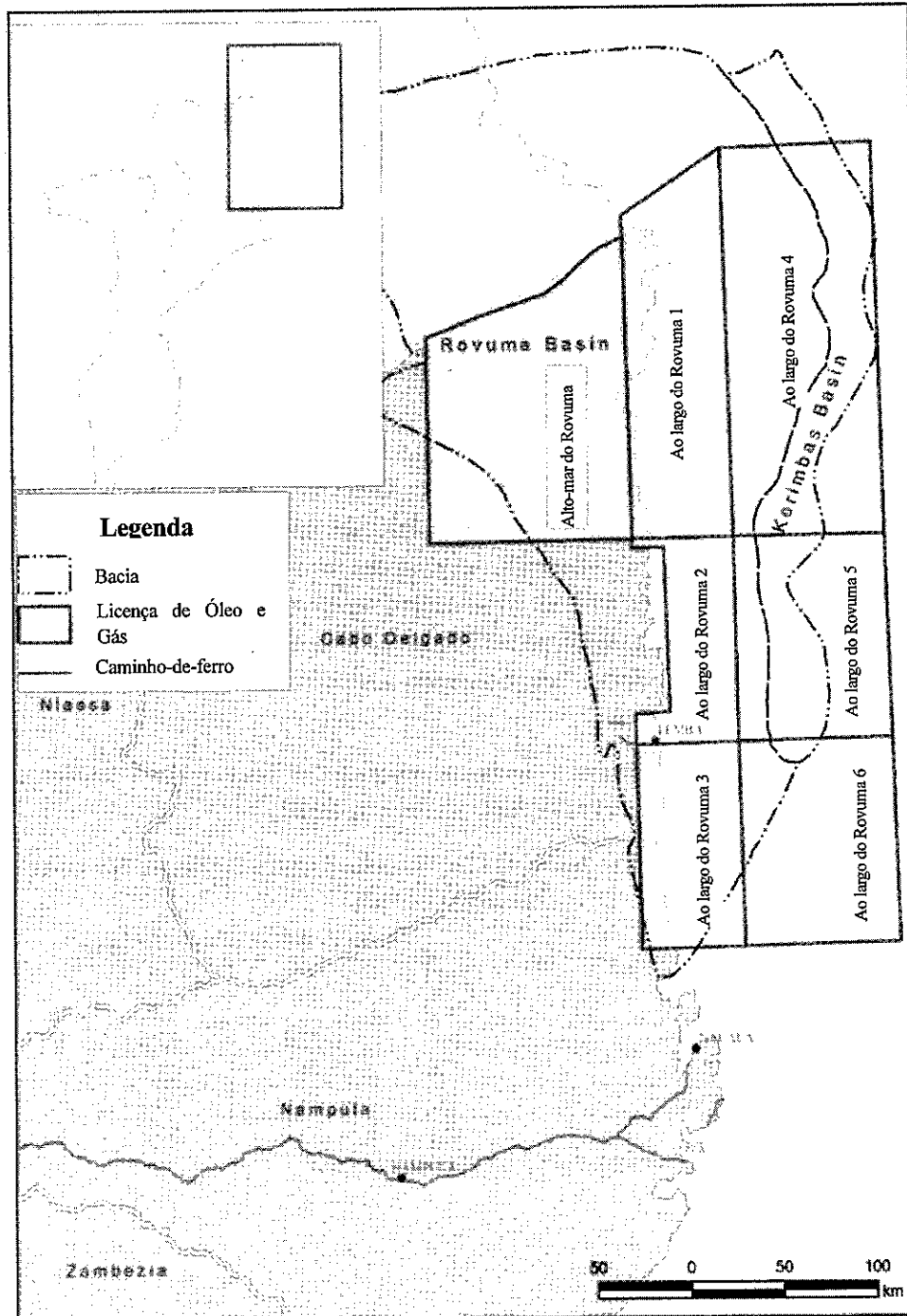
Há planos para desenvolver outros recursos minerais, tais como o ferro, fosfato, metais básicos, ouro, REE, grafite, ilmenita, zircão e rutilo na Área de Estudo.

Tabela 4.3.2 Plano para a Produção de Carvão pelos Quatro Projectos em Operação na Província de Tete

(Unidade: milhões de toneladas anuais)

Projecto	2013	2017	2022
Beacon Hill	0,4	2,2	2,2
Vale	6,4	22,0	22,0
Rio Tinto	2,4	19,2	25,6
Jundal Steel	3,0	10,0	10,0
Total	12,2	53,4	59,8

Fonte Equipa de Estudo da JICA com base no NEDO, 2012



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base no JOGMEC, etc.

Figure 4.3.4 Localização das Licenças de Petróleo e Gás

4.4 Indústria de Processamento

4.4.1 Condições Actuais da Indústria de Processamento

Há 3.850 fábricas de processamento na Região do Corredor de Nacala, representando 44% do sector de todo o país, como se mostra a seguir. A sua maioria (95%) são micro empresas com menos de 25 empregados e o capital menor que 25.000 dólares. Em termos de província, a de Nampula possui o sector mais desenvolvido, com 1.224 fábricas, seguida de Zambézia (868), Tete (778), Niassa (540) e Cabo Delgado (440).

Tabela 4.4.1 Número de Fábricas de Processamento Existentes por Escala em 2007

Área	Micro	Pequena	Média	Grande	Outros*	Total
(Em número)						
Moçambique	7.851	579	58	9	223	8.720
Região do Corredor de Nacala	3.645	170	28	1	6	3.850
Outras Províncias	4.206	409	30	8	217	4.870
(Em %)						
Moçambique	90,0%	6,6%	0,7%	0,1%	2,6%	100,0%
Região do Corredor de Nacala	94,7%	4,4%	0,7%	0,0%	0,2%	100,0%
Outras Províncias	86,4%	8,4%	0,6%	0,2%	4,5%	100,0%
Moçambique	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Região do Corredor de Nacala	46,4%	29,4%	48,3%	11,1%	2,7%	44,2%
Outras Províncias	53,6%	70,6%	51,7%	88,9%	97,3%	55,8%

Fonte: "Política Industrial e Estratégia do Ministério da Indústria e Comércio", 2007, MIC

* Empresas não classificadas

A geração do valor agregado no sector industrial de processamento na Região do Corredor de Nacala em 2011 foi de 4.545 milhões de MT a preços constantes de 2003, representando 19,3% do total nacional. O valor agregado produzido por empresa é de 1,1 milhão de MT anuais em Nampula, o que corresponde a cerca de 28% do das outras províncias que geram 3,9 milhões de MT anuais. Em termos de província, Nampula produz o maior valor agregado, de 2.686 milhões de MT (59,1% de toda a Região do Corredor de Nacala), seguida de Zambézia (814 milhões de MT, 17,9%), Tete (420 milhões de MT, 9,2%), Cabo Delgado (408 milhões de MT, 9,0%) e Niassa (218 milhões de MT, 4,8%). A indústria de processamento na Região tem crescido de forma constante à taxa anual média de 9,8% desde 1997.

Tabela 4.4.2 Valor Agregado Gerado pela Indústria de Processamento por Província em 2011

Província	Valor Acrescentado (Milhões de meticais em preços em 2003)	Proporção	
		% para a Região do Corredor de Nacala	% para Moçambique
Região do Corredor de Nacala	4.545	100,0%	19,3%
Niassa	218	4,8%	0,9%
Cabo Delgado	408	9,0%	1,7%
Nampula	2.686	59,1%	11,4%
Zambézia	814	17,9%	3,5%
Tete	420	9,2%	1,8%
Outra província	19.028	-	80,7%
Moçambique	23.573	-	100,0%

Fonte: Estatística do INE, 2011

4.4.2 Características por Província⁴

A indústria de processamento na Província de Nampula é caracterizada pela existência de algumas fábricas de grande escala, tais como a de cimento, de agroindústria incluindo a moagem de trigo e de castanha de caju, e a de plástico. Muitas das fábricas estão concentradas ao longo da estrada EN1 e nas proximidades de Nacala e do Porto de Nacala. A Província de Nampula é a maior no país, em termos de produção de agro-processamento. As áreas de maior produção são Mogovolas, Angoche e Moma. O destino da exportação de castanha de caju não processada são a Índia, Malawi e Singapura, e o destino dos produtos embalados sem casca são a UE, EUA e Índia.

Na Zona Económica Especial (ZEE), os seguintes investimentos foram feitos de 2009 a 2012:

Tabela 4.4.3 Investimentos na ZEE de Nacala

Ano	Número de Projectos	Valor Total de Investimento (Milhões de US\$)	Número de Trabalhadores Locais
2009	11	151	4.679
2010	22	218	2.944
2011	8	132	445
2012	27	1.077	6.260
Total	68	1.578	14.328

Fonte: GAZEDA, 2012

Um projecto de investimento de grande escala está na fase de negociação. Uma empresa brasileira está a planear uma fábrica de papel e celulose na Província de Nampula, com um investimento no valor de 1.200 milhões e a perspectiva de contratar 1.300 trabalhadores.

Na Província de Cabo Delgado, existem muitas fábricas de várias escalas ao longo da Estrada Nacional N1 vinda da Cidade de Pemba. Várias fábricas grandes, tais como a de processamento de frutos do mar, de mármore e de móveis, pararam suas operações por causa da guerra civil, falta de recursos financeiros, problemas administrativos e técnicos.

Na Província de Cabo Delgado, há a indústria de processamento de madeira, a agro-indústria e a indústria de processamento de pedras. Duas empresas da China e de Hong Kong assinaram contratos de concessão com o governo e iniciaram recentemente a exportação de toro serrado, toro semi-processado e aparas à China e Hong Kong, num volume de 50 a 70 contêineres anuais, pelo Porto de Exportação de Pemba. As fábricas de móveis, mesmo que existam, são, em sua maioria, de pequena escala, operadas por famílias. O mármore é produzido nas proximidades de Pemba e uma empresa local construiu a fábrica para manufacturar azulejos para parede e piso, no subúrbio da Cidade de Pemba. Esta fábrica, no entanto, adiou o início da operação devido à falta de experiência técnica e de capital. Na mesma província, há campos de algodão em Montepuez onde uma empresa chamada Plexus, de África do Sul, está a produzir o algodão, extrair os sementes e exportar para o exterior. Não há fábrica de produtos de algodão com maior valor agregado. A Província de Cabo Delgado não tem nenhuma fábrica de processamento de frutos do mar no momento, embora possua bons campos de pesca de camarão, lula, ostra, atum, etc., nas proximidades de Mocimboa da Praia. No passado, houve uma fábrica grande de processamento de camarão localizado na costa próxima a Pemba. Ela foi fechada devido a um conflito entre os parceiros do negócio, falta de gerenciamento e corte frequente de energia eléctrica.

⁴ Informação obtida das entrevistas e visitas realizadas pelos membros da Equipa de Estudo em 2012.

O governo tem um plano conceptual para criar um parque industrial com área de 18.000 ha em Palma, capitalizando o gás natural de off-shore em planificação. As indústrias a jusante, tais como de metanol, etileno, HDPE, LDPE, amônia e ureia estão a ser planificadas.

Na Província de Niassa, a maioria dos produtos agrícolas tais como o milho e farinha de trigo, sumo, óleo de semente de girassol e geleia, é fabricada pelas unidades familiares compostas de poucos membros, e vendida em latas de 20 litros nos pequenos mercados locais. Seis empresas têm obtido a permissão para plantar árvores numa área de 500.000 hectares, e a área total desenvolvida como a floresta plantada até o final de 2011 foi aproximadamente de 30.000 hectares. Não há nenhuma indústria de processamento comercial de madeira no momento. Mas existem planos para iniciar o beneficiamento de madeira no futuro, para fabricar móveis ou materiais de construção. Diz-se que uma empresa finlandesa está a negociar com o governo Moçambicano um projecto de papel e celulose, no valor de investimento de 1.700 milhões de dólares e com a expectativa de empregar 6.000 trabalhadores.

Há um número de fábricas na Província de Zambézia, cujos produtos estão a ser exportados, como o chá aos EUA, Quênia e África do Sul, produtos de feijão para a Índia, produtos de algodão à UE, e a castanha de caju para a Índia e o Reino Unido. Ademais, as fábricas de moagem de arroz, confecção, beneficiamento de coco, moagem de milho, óleo de feijão, produtos de plástico e móveis de madeira abastecem o mercado interno. Entre os projectos em curso e em planificação estão as fábricas de açúcar, sumo de fruta, óleo de feijão, processamento de arroz e cimento.

Na Província de Tete, operam algumas empresas de agro-processamento, por exemplo, a de beneficiamento de cereais em Angónia, e as de beneficiamento de tabaco e algodão em Tete. O tabaco e o algodão estão a ser produzidos para exportação. O tabaco é produzido pela Mozambique Leaf Tobacco que emprega 1.720 trabalhadores. O produto é exportado para a África do Sul, Vietnã, EUA, Canadá, China e UE. Algumas empresas ligadas à produção de carvão mineral estão a surgir, como as da produção de tubos de aço revestidos para fins de mineração, e tubos de plástico para drenagem e reparação de automóveis.

4.5 Indústria de Logística

4.5.1 Condições Actuais da Indústria Logística

(1) Introdução

A logística pode ser definida como a organização de movimentos de mercadorias ao longo do tempo e do espaço. O objectivo de desenvolvimento da logística é facilitar o transporte de bens numa região específica a um custo razoável em tempo hábil. O sistema logístico é composto de transporte de mercadorias, passagens de fronteiras, e transbordo intermodal e outros. O sistema ou a rede de logística serve como a espinha dorsal do comércio para uma região ou um país.

(2) Índice de Desempenho Logístico de Moçambique

No ranking do Índice de Desempenho Logístico de 2010⁵, Moçambique foi posicionado na 136ª posição entre os 155 países (Tabela 4.5.1). A posição foi um pouco melhor do que a de Zâmbia mas pior do que a de todos os outros países adjacentes.

Tabela 4.5.1 Índice de Desempenho Logístico (2010) de Moçambique

	Moçambique	
LPI Global	pontos	2,29
	ranking	136
Alfândegas	pontos	1,95
	ranking	145
Infraestrutura	pontos	2,04
	ranking	124
Embarques Internacionais	pontos	2,77
	ranking	87
Competência Logística	pontos	2,2
	ranking	130
Rastreamento e Localização	pontos	2,28
	ranking	135
Pontualidade	pontos	2,4
	ranking	150

Fonte: Página do Banco Mundial na internet

O índice está mau em relação a todos os itens. Enquanto que a expedição internacional obteve uma posição melhor do que os outros aspectos, a alfândega foi avaliada com a pontuação relativamente mais baixa. O índice mostra que há muito a ser melhorado.

(3) Localização Estratégica dos Portos Moçambicanos no Continente Africano

Os portos Moçambicanos estão estrategicamente localizados na parte sudeste do Continente Africano, e, portanto, são mais próximos ao Oriente Médio e à Ásia que das outras partes de África. Os portos e os corredores de transporte Moçambicanos também funcionam como a porta de entrada para os países do interior, tais como Malawi, Zâmbia e Zimbabwe.

⁵ <http://info.worldbank.org/etools/tradesurvey/mode1b.asp>
Moçambique não foi incluído na versão de 2012.

4.5.2 Quadro Institucional

(1) Acordos Internacionais

1) Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Como uma organização de cooperação regional, a SADC tem como objectivo abaixar as barreiras institucionais e físicas entre os países membro, para facilitar o comércio. A SADC permite que a carga passe por um país de trânsito, sem pagar impostos. A SADC preparou o sistema de “Regional Chain Custom Bond”, que é um sistema de obrigações alfandegárias geralmente eficaz para as alfândegas entre dois ou três países.

2) Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA)

O Mercado Comum para a África Oriental e Austral (COMESA) é uma entidade de cooperação económica regional constituída de 19 países membro na África Oriental e Austral. Moçambique já foi membro do COMESA, de 1994 a 1997. Para a facilitação do comércio e do transporte, várias negociações multilaterais têm sido feitas dentro do quadro do COMESA, em vez da SADC. Mais tarde, a SADC seguiu e harmonizou as normas e os regulamentos do COMESA. Assim, é um pouco desvantajoso para Moçambique não ser membro do COMESA.

3) Acordo Bilateral com os Países Vizinhos

Com base no acordo e protocolo da SADC, os acordos bilaterais têm sido elaborados com os países adjacentes. Por exemplo, Moçambique e Zâmbia assinaram o “Acordo Bilateral sobre o Transporte de Mercadorias por via Ferroviária”. Este acordo permite as empresas operadoras de transporte dos países adjacentes conduzirem suas operações com base na autorização emitida. Acordos similares têm sido assinados, e revisados quando necessário, com os países vizinhos, nomeadamente África do Sul, Zimbabwe e Malawi.

(2) Sector Público

1) Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e Órgãos Relacionados

Ao nível nacional, o Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e o Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) trabalham com o sector de logística.

O MTC trabalha como o decisor político e órgão regulador, que prepara a política do transporte, e supervisa as instituições de diferentes maneiras. Sob o MTC, o CFM (Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique) lida com as linhas férreas e os portos, e a ADM (Aeroportos de Moçambique) opera os aeroportos. E sob o MOPH, a ANE (Administração Nacional de Estradas) trabalha com todos os aspectos ligados às estradas.

As empresas de transporte comercial devem ser licenciadas de acordo com as seguintes categorias, e as autoridades licenciadoras respectivas são responsáveis pela supervisão das transportadoras privadas.

Tabela 4.5.2 Tipos de Licença para o Transporte Comercial

Categoria	Área comercial	Órgãos aos quais a solicitação deve ser submetida
Tipo A	Transporte internacional e interurbano de passageiros e carga Aluguer de automóveis	MTC
Tipo B	Transporte inter-distrital, transporte de emergência, e carga nacional	DTC Provincial
Tipo C	Transporte urbano, autocarros escolares, transporte semicolectivo, e táxi	Cidade, Município/ Localidade
Tipo D	Autocarros escolares, transporte semicolectivo, táxi e transporte misturado	Província/ Distrito

Fonte: MTC

2) INAV

Sob o MTC, o INAV (Instituto Nacional de Viação) veio a operar (Decreto nº 3/2006 de 28 de Fevereiro de 2006). O INAV é responsável pela política de segurança nas estradas e sua implementação, inclusive a regulamentação de motoristas e veículos, os regulamentos de estrada tais como os limites de velocidade, e a coleta de dados de segurança nas estradas. O órgão também trabalha com as seguintes tarefas:

- Segurança no transporte
- Registo de veículos
- Emissão de cartas de condução
- Inspeção de veículos

3) INATTER

O MTC está a reorganizar o INAV em INATTER (Instituto Nacional dos Transportes Terrestres) sob o Decreto nº 32/2011. Até Maio de 2013, apenas o nível superior dos executivos foi nomeado e o INAV ainda se encontra em funcionamento. Isto é, a reorganização ainda está em curso. Adicionalmente às funções do INAV, o INATTER passa a ter a do regulador do sector ferroviário. É para assumir a função de regulador dos caminhos-de-ferro da CFM. O INATTER serve para coordenar as regras de transporte internacional a serem adotadas nos países. As regras incluem as cartas de condução, peso por eixo e veículos.

4) Alfândega

A Direcção Geral das Alfândegas é subordinada à Autoridade Tributária de Moçambique. O Departamento de Alfândega da Região Norte opera todos os postos aduaneiros nas fronteiras, portos e aeroportos internacionais.

Os serviços aduaneiros nos postos fronteiriços da Região do Corredor de Nacala são maioritariamente alojados numa das salas do escritório de imigração. No entanto, esses serviços desempenham todas as funções de procedimentos aduaneiros inclusive o pagamento.

O trabalho manual das operações aduaneiras demora e é muitas vezes ineficiente. Por isso, a introdução de um sistema informatizado tem sido uma das reformas exigidas para as operações aduaneiras por longo tempo. Certa vez, na década de 2000, a introdução do ASYCUDA (Sistema Automatizado de Dados Aduaneiros) foi estudada mas não chegou a ser implementada. Actualmente, os escritórios aduaneiros grandes utilizam o TIM. Por outro lado, as alfândegas nos

postos fronteiriços mantêm seus registos manualmente e enviam-nos às suas sedes na forma de dados electrónicos regularmente.

(3) Sector Privado

1) FEMATRO

Como uma organização das empresas transportadoras privadas, a Federação Moçambicana das Associações dos Transportadores Rodoviários (FEMATRO) representa o interesse da comunidade dos operadores de logística. A FEMATRO foi fundada em 2002, e actualmente tem 25 associações filiadas. As associações filiadas são basicamente formadas ao nível regional e especializadas no transporte de passageiros e/ou carga. Como membros da FEMATRO, as associações locais da Região do Corredor de Nacala são organizadas como segue:

- ATPZ: Província de Zambézia
- ATROTE: Província de Tete
- ASTRA: Província de Nampula
- Associações de Transportadores de Niassa: Província de Niassa

Entre estas, a ASTRA (Associação de Transporte (Nampula)) opera com a filiação de 520 empresas de transporte na Província de Nampula. 470 empresas são do transporte de carga, e outras 50 de passageiros e carga. 250 empresas têm sede em Nampula.

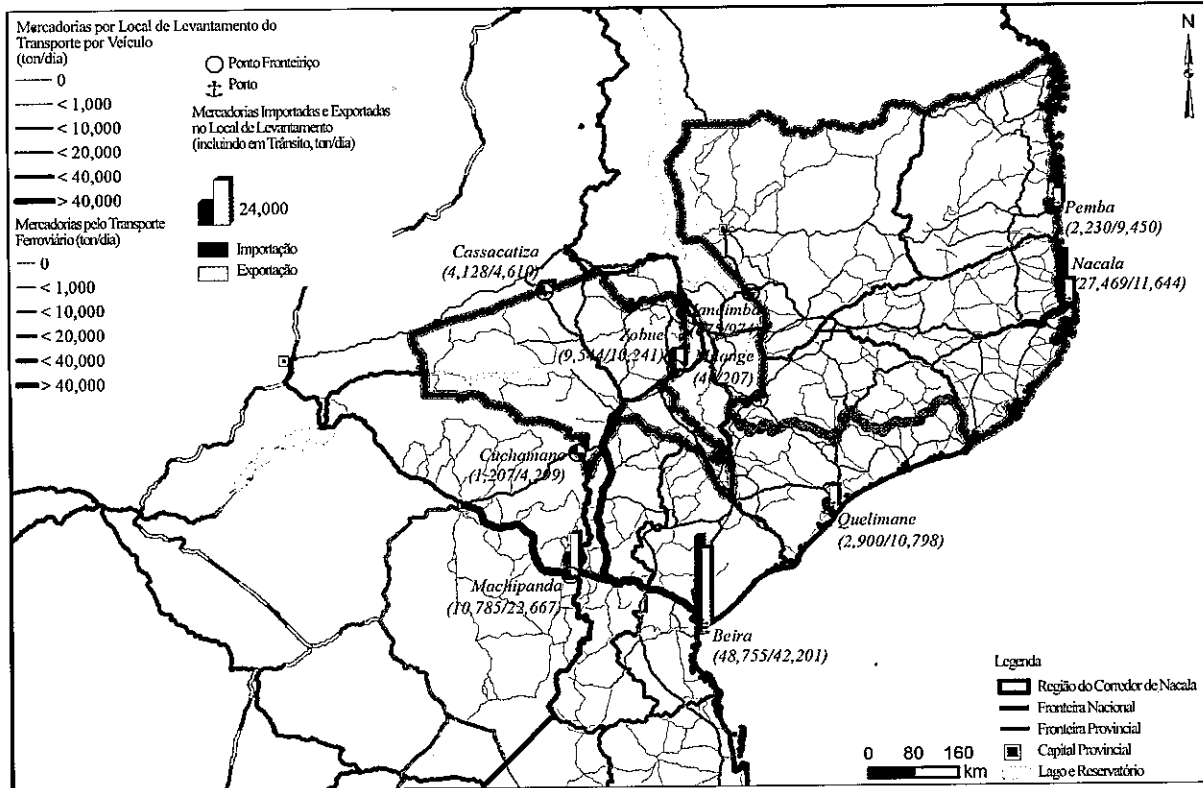
Para obter a licença, os transportadores devem estar filiados a uma das associações. Por isso, o índice de filiação é muito alto. Além disso, as associações funcionam como um canal que liga os sectores público e privado.

2) Transportadores Privados

Para receber a licença de operador de carga, os transportadores de carga devem possuir mais de três camiões e estar associados a uma das organizações de transporte regional, tais como a ASTRA. Por isso, os transportadores operam com título de empresas e não como indivíduos. O tamanho da frota varia de três a centenas. A FEMATRO estima que cerca de 650 camiões estão a operar na Província de Nampula para o transporte internacional.

4.5.3 Rede de Transporte e Logística

A rede geral de transporte e seu volume de carga transportado nas estradas na Região do Corredor de Nacala (de 2012) são mostrados na Figura 4.5.1. O volume de carga foi obtido num estudo sobre a logística realizada pela Equipa de Estudo da JICA em 2012, que mostra as estradas relativamente desenvolvidas nas áreas densamente povoadas e a rede de estradas e linhas férreas segmentada.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base no Estudo sobre a Logística

Figura 4.5.1 Redes de Logística e Volumes Movimentados

4.5.4 Volume de Carga

(1) Volume de Carga por Modo de Transporte

Durante os últimos oito anos, os modos de logística em Moçambique passaram por uma transição drástica. Em 2002, os caminhos-de-ferro transportavam mais do que o dobro da carga rodoviária, mas isso foi completamente revertida nos últimos anos. As estradas transportaram a carga três vezes maior que a das linhas férreas em 2010. Isto significa que o sector de estradas está a absorver todo o aumento na demanda pelo transporte, que está a crescer a uma taxa anual de 14%. E ao mesmo tempo, os caminhos-de-ferro mantêm sua importância.

(2) Origem-Destino da Carga ao Nível Provincial

Com base no resultado do Estudo sobre a Logística, o volume da carga de cada par de origem e destino, transportado pelos camiões e linhas férreas, foi obtido a partir dos dados brutos coletados em entrevistas OD na beira de estradas e da estatística relativa aos caminhos-de-ferro.

Tabela 4.5.3 Origem e Destino do Transporte de Carga (tonelada/dia)

Destino	Origem	01.Niassa			02.Cabo Delgado		03.Nampula			04.Zambezia		05.Teje	06. Manica	07.Sofala		08. Maputo	09.Outros Mozam.	10. Tancanik	11. Malavi	12. Zambá	13.Zimbábue	14.África do Sul	Total
		Cidade de Lichinga	Cuamba Distrto	Outros Niassa	Pembe Porto	Outros Cabo Delgado	Cidade de Nampula	Nacala Porto	Outros Nampula	Porto e Cidade de Quelimane	Outros Zambezia			Porto da Beira	Outros Sofala								
01.Niassa	Cidade de Lichinga	0	264	146	0	783	66	188	65	0	17	0	24	243	0	300	0	0	0	0	0	0	2.195
	Outros Niassa	370	211	713	0	0	112	90	90	20	81	429	0	20	0	76	0	0	59	0	0	15	2.287
02.Cabo Delgado	Pembe Porto	0	0	0	0	104	36	0	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0	0	0	141
	Outros Cabo Delgado	911	0	60	194	8.204	179	2.058	888	18	0	0	0	0	0	223	0	0	0	0	0	0	12.736
03.Nampula	Cidade de Nampula	140	49	211	0	2.010	261	2.987	599	819	514	285	114	157	58	196	0	75	3	0	0	0	8.479
	Nacala Porto	265	90	98	0	565	4.825	676	2.047	207	514	241	24	454	58	596	0	1	510	0	0	22	11.191
	Outros Nampula	938	312	142	0	5.937	5.076	5.052	3.139	1.275	1.139	709	173	195	34	601	0	0	90	0	27	81	24.924
04.Zambezia	Porto e Cidade de Quelimane	7	0	12	0	188	409	115	0	470	212	12	505	212	51	0	0	687	12	0	0	6	2.900
	Outros Zambezia	37	3	47	0	80	345	1.234	75	6.664	333	128	249	746	0	54	0	0	64	0	0	0	9.898
05.Teje		0	102	0	0	0	69	18	0	41	0	829	677	9.357	728	483	0	0	113	46	953	861	14.776
06.Manica		160	37	183	0	85	99	379	12	24	0	581	115	2.093	0	0	0	0	33	0	151	0	2.942
07.Sofala	Porto da Beira	89	16	30	0	125	424	292	0	1.061	100	2.414	1.098	583	472	502	57	0	19.499	12.516	8.822	0	48.292
	Outros Sofala	0	0	0	0	0	194	181	0	43	2	526	239	3.555	455	0	115	0	505	45	0	0	5.833
08.Moquele		444	57	13	0	772	918	533	146	444	112	756	0	281	380	0	0	0	14	0	46	0	4.916
09.Outros Moçambique		10	0	0	0	18	11	0	24	0	51	0	1.360	69	0	0	0	0	0	0	0	0	1.544
10.Tanzania		0	0	0	0	0	36	3	10	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	58
11.Malavi		0	197	0	0	108	56	290	37	142	21	0	0	13.079	445	14	1	0	159	0	3.324	4.477	22.349
12.Zambáue		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.476	0	0	0	0	0	0	0	491	394	5.362
13.Zimbábue		0	0	0	0	0	0	0	0	125	0	236	43	5.248	0	0	0	0	972	49	0	0	6.673
14.África do Sul		0	0	0	0	465	71	90	150	0	0	598	0	212	0	0	0	0	2.810	0	83	0	4.485
	Total	3.643	2.413	1.772	194	19.097	13.435	14.198	7.503	10.799	3.203	8.502	2.768	42.592	2.912	3.695	175	76	25.513	12.667	13.907	5.800	195.332

Nota: rodovias e ferrovias único caminho
 incluem link no Região do Corredor de Nacala

Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base no Estudo sobre a Logística

(3) Fluxo de Carga de/para os Portos

A seguinte figura ilustra o fluxo básico de carga que passa pelo Porto de Nacala:

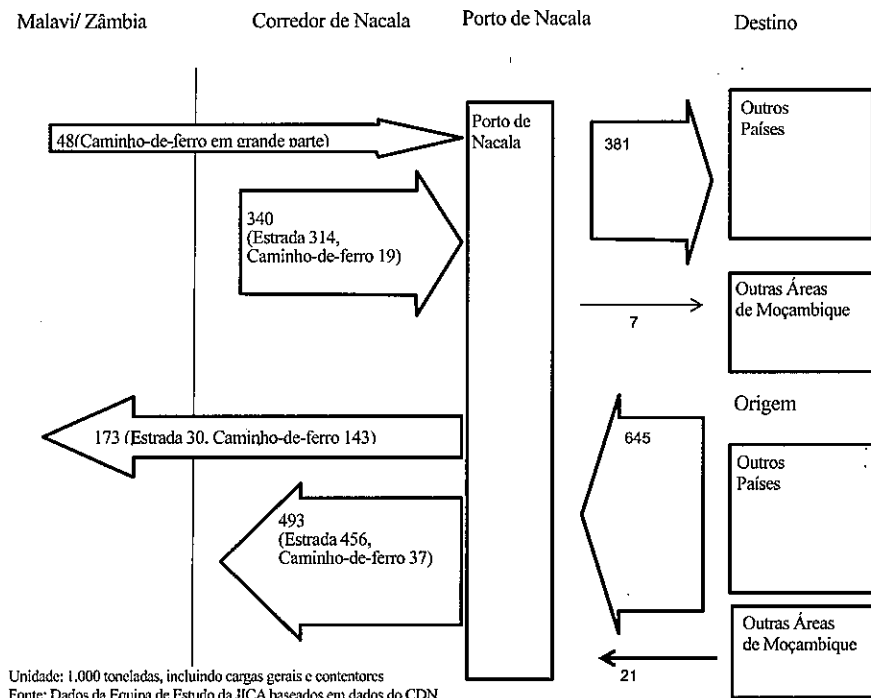
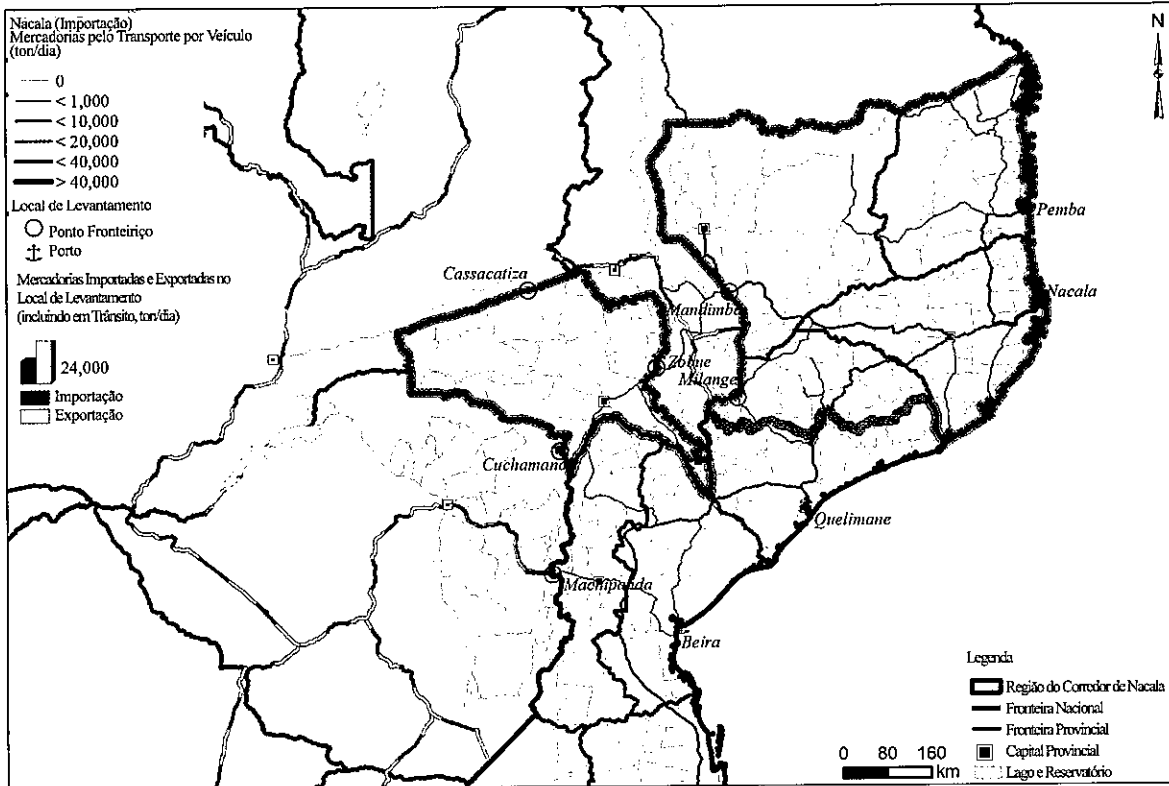
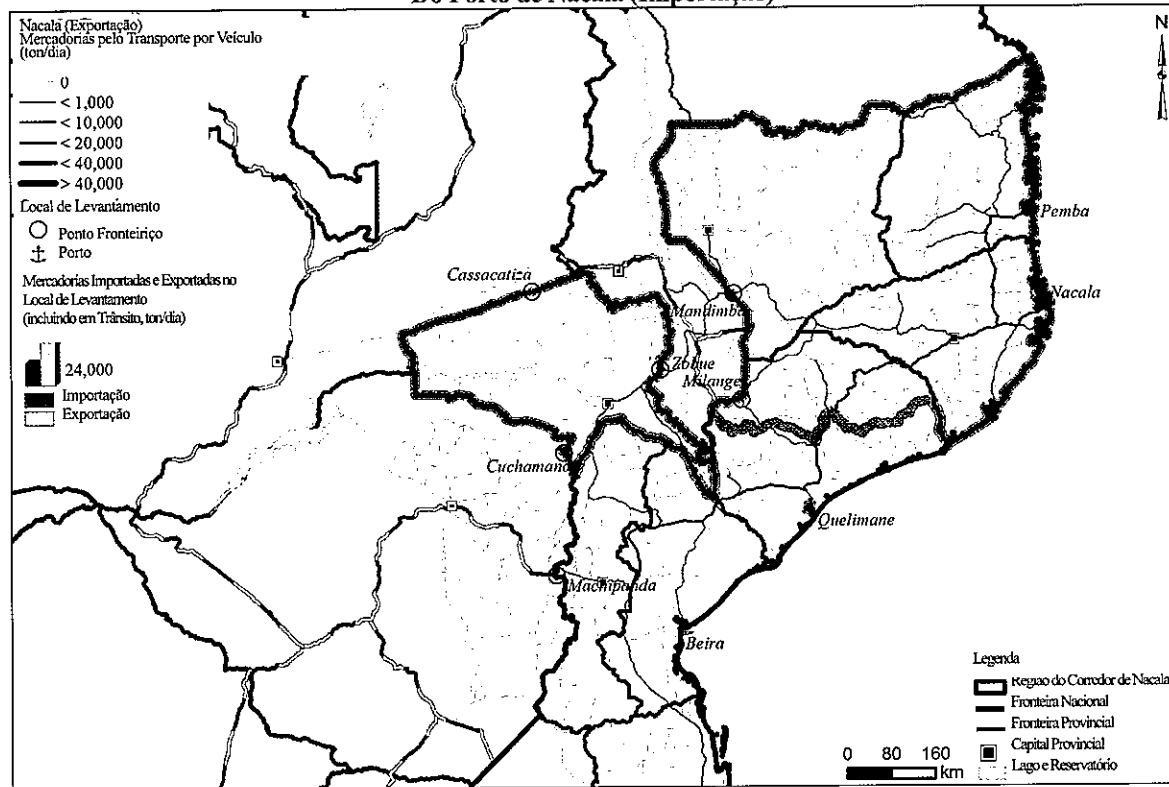


Figura 4.5.2 Fluxo de Carga em Passagem pelo Porto de Nacala

Embora a Região do Corredor de Nacala tenha estradas e linhas férreas, a preferência dos embarcadores pelo modo é evidente. Os embarcadores da carga de trânsito preferem linhas férreas em vez de estradas, e 86% da carga é transportada por caminhos-de-ferro. Pelo contrário, os embarcadores nacionais preferem estradas em vez de caminhos-de-ferro, e somente 7% da carga é transportada por via ferroviária.



Do Porto de Nacala (Importação)



Para o Porto de Nacala (Exportação)

Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base no Estudo sobre a Logística

Figura 4.5.3 Fluxo de Carga nas Estradas de/para o Porto de Nacala

As figuras anteriores mostram que o Porto de Nacala está a coletar e distribuir os bens para a maior parte da Região do Corredor de Nacala. O serviço chega até as Províncias de Sofala e de Manica. O

volume de carga nas estradas em geral é menor que o fluxo de carga de/para o Porto de Beira, como se mostra a seguir.

4.5.5 Operações Aduaneiras e Pontos de Fronteira

No Corredor de Nacala existem vários postos fronteiriços com os países vizinhos (Figura 4.5.4). Basicamente, os departamentos de imigração e alfândega possuem seus escritórios separados e os transportadores são obrigados a submeter seus documentos pelo menos duas vezes em cada país. Os veículos devem obter a permissão temporária para exportação e importação.

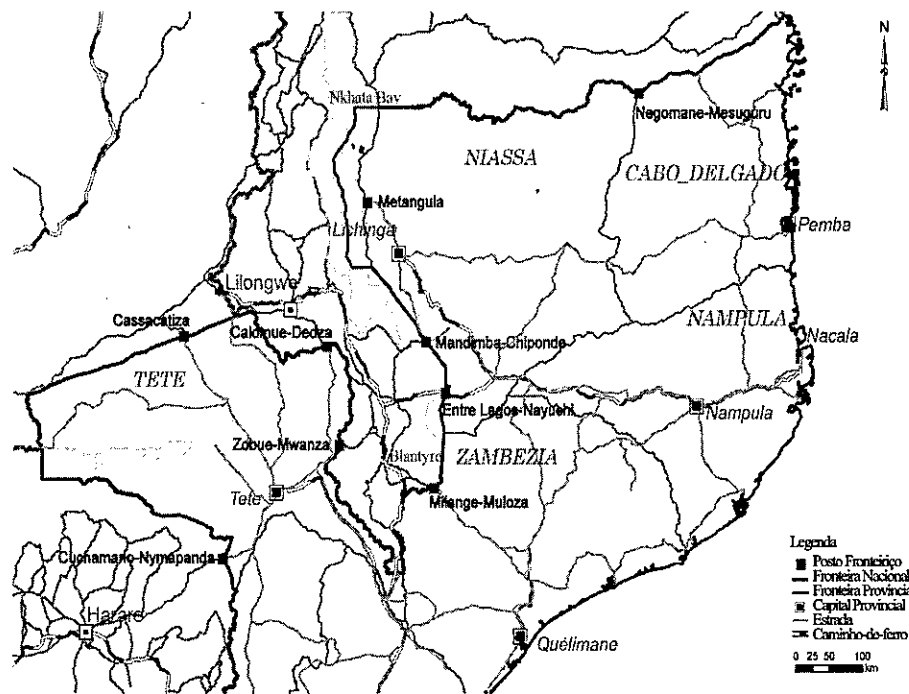


Figura 4.5.4 Principais Postos Fronteiriços na Região do Corredor de Nacala

As operações aduaneiras nos postos fronteiriços terrestres são bastante diferentes daquelas nos portos. Os escritórios aduaneiros nos postos terrestres na Região do Corredor de Nacala são, na sua maioria, alojados numa das salas do escritório de imigração. Mesmo assim, a alfândega desempenha todas as funções aduaneiras, inclusive o pagamento.

(1) Horário de Funcionamento da Alfândega

As fronteiras terrestres são abertas durante determinadas horas do dia. Muitas fronteiras terrestres da Região são abertas das 6 horas da manhã até as 6 horas da tarde. As operadoras logísticas devem levar em consideração o horário de passar a fronteira de modo a encaixá-lo no horário de funcionamento da alfândega. Muitos dos escritórios aduaneiros na Região têm apenas um funcionário de plantão e não funcionam na hora do almoço. É necessário que os escritórios operem durante todo o horário de funcionamento.

(2) Tempo Gasto para a Passagem Aduaneira

A maioria dos operadores de transporte solicita a liberação alfandegária no local. Isto significa que existe um risco muito elevado de aumentar o tempo gasto para a passagem aduaneira. A Tabela 4.5.4 mostra o tempo gasto para a passagem em cada posto aduaneiro.

Sendo a redução do tempo de passagem aduaneira importante para facilitar a logística, uma das soluções seria uma parada em um único local para processar a documentação simultaneamente para os dois países. O OSBP (One Stop Border Post/ Fronteira Única) é uma instalação que abriga as instituições de controle de fronteira dos dois países em um edifício.

Tabela 4.5.4 Postos Fronteiriços Terrestres e Tempo Médio Gasto para a Passagem Aduaneira

Província	Lado Moçambicano	Lado Estrangeiro	País Estrangeiro	Horas de Funcionamento	Dias de Funcionamento	Número de Funcionários		Tempo Médio de Passagem para Camiões de Carga (horas)
						Lado Moçambicano	Lado Estrangeiro	
Cabo Delgado	Namuiranga	Mwambo	Tanzania		7dias/semana			
	Negomane	Mesuguru			7dias/semana			
Niassa	Cobue	Porto de Malauí	Malawi		7dias/semana			
	Metangula	Porto de Malauí			7dias/semana			
	Mandimba	Chiponde		6:00 – 18:00	7dias/semana	13	13	1,2
	Entre Lagos	Nayuchi			7dias/semana			
Tete	Zobue	Mwanza	Zimbábwè	6:00 – 21:00	7dias/semana	14		0,3
	Calomue	Dedza		6:00 – 18:00	7dias/semana			
	Cuchamano	Nyamapanda		6:00 – 20:00	7dias/semana	13		1,5
	Cassacatiza			Zâmbia	6:00 – 19:00	7dias/semana	6	
Zambézia	Milange	Mulanje	Malawi	6:00 – 18:00	7dias/semana	8	8	2,0
	Mutuara	Nsnaje			7dias/semana			
Manica	Machipanda	Machipanda	Zimbábwè	6:00 – 20:00	7dias/semana	21		1,9

Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base no Estudo sobre a Logística e outros materiais

(3) Fronteira Única

O Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) financiou o Mecanismo de Elaboração de Projectos de Infraestrutura (IPPF) da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África) para cobrir o custo de realização de estudos de viabilidade, projectos de engenharia, documentos de concurso público e desenvolvimento de quadros jurídicos para as Fronteiras Únicas (OSBP) de Malawi/Zâmbia e Moçambique/Malawi ao longo do Corredor de Nacala.

O projecto colocará os serviços de consultoria para os estudos de viabilidade e desenhos técnicos detalhados em prontidão para a construção de dois postos fronteiriços de paragem única / instalações de controlo de peso por eixo entre Malawi e Moçambique (Chiponde/Mandimba) e entre Zâmbia e Malawi (Mwami/Mchinji). O desenho técnico das estradas de acesso e o plano de layout já foram concluídos. A construção está prevista para começar.

4.6 Sector de Turismo

4.6.1 Condições Actuais do Sector Turístico

(1) Vinda de Turistas

A vinda de turistas internacionais cresceu de 1,1 milhões de pessoas em 2006 a 1,8 milhões em 2010. O número ultrapassou dos 2,0 milhões em 2011. A vinda de turistas internacionais quase que duplicou em cinco anos. O número de turistas de férias também está a crescer. Aumentou de 220 mil pessoas em 2006 a 1,1 milhões em 2010. O número de visitantes para outros fins, tais como, conferências, negócios e visita aos parentes de amigos, de outro lado, manteve-se praticamente constante nos últimos anos. A metade dos visitantes internacionais veio da África do Sul. Malawi e Zimbabwe ocuparam a segunda e a terceira posição, seguidas dos países ocidentais tais como o Reino Unido, EUA, Suíça, Portugal e Alemanha. O número de hóspedes internacionais e o número de noites dormidas dos hóspedes internacionais, registados junto aos alojamentos, têm crescido também nos últimos anos, mas às taxas mais baixas, de 9,3% e 9,9% respectivamente em 2011, como se mostra a seguir. Cabo Delgado apresentou o maior número de hóspedes internacionais entre as cinco províncias da Região do Corredor de Nacala, representando 39% do total, seguida de Tete com 24%. Quando se trata de noites dormidas dos hóspedes internacionais, no entanto, essa posição é invertida, e Tete ocupa a primeira posição com 37% e Cabo Delgado a segunda com 30%. O número de noites dormidas dos hóspedes internacionais em Tete cresceu mais de cinco vezes de 2006 a 2011. Os que visitam Tete são menos mas permanecem por mais tempo. Os estrangeiros que trabalham para o projecto de carvão devem ter sido o factor principal. O percentual ocupado pelas cinco províncias ligadas à Região também é mais elevado, no que se refere ao número de visitantes nacionais (24%) e ao número de noites dormidas dos visitantes nacionais (20%).

Tabela 4.6.1 Número de Visitantes Internacionais/Nacionais e o Número de Noites Dormidas nas Cinco Províncias da Região do Corredor de Nacala e em Moçambique

Área	Chegadas de Visitas Internacionais	Pernoitamentos de Visitas Internacionais	Chegadas de Visitas Nacionais	Pernoitamentos de Visitas Nacionais
Região do Corredor de Nacala	25.979	57.268	66.693	125.804
	9,3%	9,9%	24,0%	20,4%
Outras Províncias	252.254	522.081	211.063	489.928
Moçambique	278.233	579.349	277.756	615.732

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

(2) Acomodações

O número de alojamentos em Moçambique mais do que duplicou, indo de 17.740 em 2006 a 37.550 em 2010, isto é, um acréscimo de 24% por ano. O número de quartos disponíveis nas cinco províncias da Região do Corredor de Nacala foi de 2.083 na Província de Nampula, 1.020 na Província de Niassa, 1.360 na Província de Tete e 1.330 na Província de Zambézia. Não há dados disponibilizados para a Província de Cabo Delgado. A distribuição por classe de acomodação é: 18% para as de 5 e 4 estrelas, 18% para as de 3 estrelas, 25% para as de 2 estrelas e 39% para as de 1 estrela. A autoridade de desenvolvimento turístico (INATUR) é responsável pela classificação dos hotéis.

(3) Recursos e Produtos Turísticos

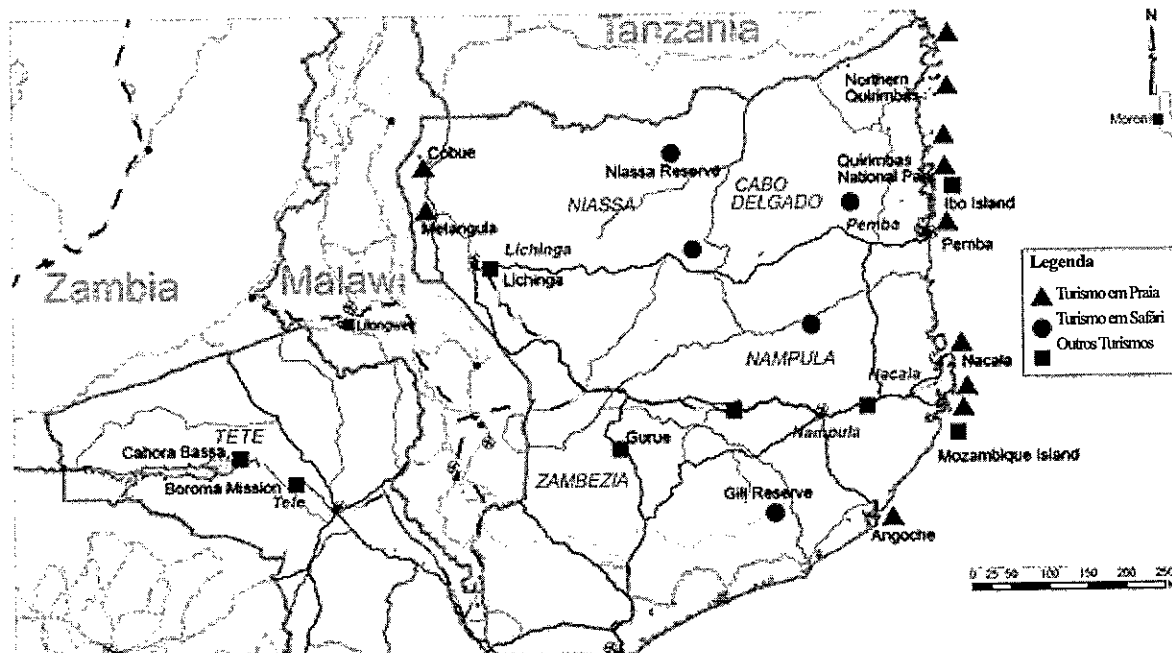
Os principais recursos turísticos da Região do Corredor de Nacala são resumidos como segue:

Tabela 4.6.2 Principais Recursos Turísticos da Região do Corredor de Nacala

Provincia	Praia	Safari	Outros
Nampula	Nacala Crusse e Jamail, Mossuril Angoche	Nampula-Montepuéz	Ilha de Mozambique (história e cultura) Pinturas rupestres nas cavernas em alguns distritos
Cabo Delgado	Pemba Norte de Quirimbas Sul de Quirimbas	Parque Nacional de Quirimbas	Ilha de Ibo (história e cultura)
Niassa	Lago Niassa (Metangula, Cóbue)	Reserva de Niassa	Lichinga (estância montanhosa, campismo)
Tete	-	-	Cahora Bassa (pesca, campismo) Missão de Boroma (história e cultura)
Zambézia	-	Reserva de Gilé	Gurué (estância montanhosa, agroturismo)

Fonte: Equipa de Estudo da JICA

A figura seguinte mostra a distribuição de recursos turísticos na Região do Corredor de Nacala.



Fonte: Equipa de Estudo da JICA

Figura 4.6.1 Distribuição de Recursos Turísticos na Região do Corredor de Nacala

4.6.2 Política e Planos para o Desenvolvimento Turístico

Os principais documentos relativos à política de desenvolvimento turísticos de Moçambique são a “Política e Estratégia Nacional do Turismo” aprovado em 1995 e a “Política do Turismo e a Estratégia da sua Implementação” de 2003 e o “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004-13)” de 2004. O Ministério do Turismo (MITUR) foi estabelecido em 2000.

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2004-13 (doravante “Estratégias”) designou 19 áreas como “Áreas Prioritárias para o Investimento em Turismo (APIT)”, para promover o investimento no sector. Entre essas áreas estão as 8 APITs da Região do Corredor

de Nacala: Ilha de Mozambique e a zona de Nacala na Província de Nampula; a zona de Pemba e Quirimbas e o norte de Cabo Delgado na Província de Cabo Delgado; a zona do Lago Niassa e Reserva de Niassa na Província de Niassa; a zona de Cahora Bassa na Província de Tete, e; a zona de Gilé e Pebane e a zona de Gurué na Província de Zambézia.

O Projecto Arco Norte, concluído em Maio de 2010 com a assistência da USAID, elaborou o plano diretor de desenvolvimento turístico para as três províncias do norte, Niassa, Nampula e Cabo Delgado, na espera de investimentos. O plano dava prioridade aos mercados de origem tais como: África do Sul, Portugal, Moçambique (interno), Reino Unido, Itália e França como os primários; Brasil, Alemanha, China, Índia, Oriente Médio, Holanda, Espanha e EUA como os secundários, e; viajantes gerais e mochileiros, principalmente como uma extensão dos mochileiros “overlanders” Sul-africanos e Europeus que chegam de África do Sul, pessoas em férias curtas/longas, cruzeiros, turismo de fretamento, reuniões de médio porte, congressos e eventos, como as possibilidades no futuro.

O Ministério do Turismo (MITUR) designou 7 Zonas de Interesse Turístico (ZIT) em Dezembro de 2010, a Estratégia, O Plano Director Arco Norte e os projectos âncora nas APITs. Dentre as sete ZITs, seis são localizadas na Região do Corredor de Nacala, como se mostra a seguir:

Tabela 4.6.3 Zonas de Interesse Turístico (TIZ) na Região do Corredor de Nacala

Província	Nome do lugar	Área (ha)
Niassa	Lichinga	100
	Metangula (Praia de Chiuanga)	80
Cabo Delgado	Península de Pemba	1.081
	Baía de Pemba	1.400
Nampula	Ilhas de Lumbo e de Mozambique	1.087
	Matibane e Ilhas de Crusse e Jamail	1.750

Fonte: Decreto Ministerial sobre as Zonas Turísticas, Dezembro de 2010

As ZITs devem ser gerenciadas por uma empresa de gestão das ZITs, em uma maneira similar à gestão de parques industriais. As ZITs são designadas para fins de desenvolvimento turístico tanto pelo governo central como pelos regionais. Por isso, os procedimentos de aprovação de investimento serão rápidos e sem problemas, o que traz um grande vantagem para os potenciais investidores do sector privado.

Cada uma das cinco províncias relativas à Região do Corredor de Nacala possui um plano de desenvolvimento turístico próprio.

A região SADC adotou a TFCA (Área de Conservação Transfronteira) como uma opção de desenvolvimento, a fim de fortalecer a gestão transfronteira dos recursos naturais para uma melhor preservação da biodiversidade, a melhoria de vida nas comunidades locais e a elevação dos destinos turísticos na SADC ao status de destinos turísticos verdes. A TFCA na Região do Corredor de Nacala correspondem à zona de Niassa-Selous na fronteira entre Moçambique e Tanzania e à Liwonde-Lichinga na fronteira entre Moçambique e Malawi. Ambas as zonas estão na etapa de concepção.

4.7 Promoção de Investimentos

4.7.1 Condições Actuais da Promoção de Investimentos

(1) Tendência de Investimento

Os investimentos em Moçambique cresceram dramaticamente dos 485 milhões de dólares em 2005 a 2.8853 milhões em 2011, o que significa uma aumento de 488%. A expansão dos investimentos feitos na Região do Corredor de Nacala durante o mesmo período foi ainda maior, de 625%. Os investimentos mostra uma grande variação que reflete a situação de que grandes investimentos estão a ser feitos em determinados sectores. Em 2010, por exemplo, houve um projecto de 1,9 bilhões de dólares no sector de energia. Este projecto refletiu-se na tendência mostrada a seguir, com o percentual das cinco províncias do Corredor de Nacala excepcionalmente alto, de 74% em 2010.

Tabela 4.7.1 Valor de Investimento nas Cinco Províncias da Região do Corredor de Nacala, em Moçambique

Item	Investimento Estrangeiro Directo (milhões de US\$)	Investimento Nacional Directo (milhões de US\$)	Empréstimo (milhões de US\$)	Total (milhões de US\$)	Emprego (pessoas)
Região do Corredor de Nacala					
2005	14	8	65	87	2.603
2010	121	593	1.586	2.295	7.150
2011	207	35	392	633	6.200
Moçambique					
2005	165	36	284	485	15.133
2010	578	649	1.862	3.090	28.245
2011	974	229	1.648	2.853	33.871
Proporção para a Região do Corredor de Nacala (%)					
2005	8,6	22,1	23,0	18,0	17,2
2010	20,9	91,4	85,2	74,3	25,3
2011	21,3	15,3	23,8	22,2	18,3

Fonte: Centro de Promoção de Investimento (CPI)

Nota-se uma tendência de investimento de que no sector energético foram gerados poucos empregos por um valor enorme de investimento, e que o investimento em 2011 foi mais do tipo capital-intensivo, em comparação ao investimento feito em 2005, como foi provado pelo facto de que o valor investido por empregado cresceu de 32 mil dólares em 2005 para 84 mil dólares em 2011.

A Tabela 4.7.2 mostra os valores aprovados de investimento nas cinco províncias do Corredor de Nacala. As Províncias de Niassa e da Zambézia apresentam o valor investido em crescimento constante. Grandes variações são observadas nas Províncias de Cabo Delgado e de Tete. Os investimentos na Província de Nampula têm diminuído.

Tabela 4.7.2 Valores de Investimento Aprovados para as Cinco Províncias da Região do Corredor de Nacala

Província	2005	2010	2011
(Em milhões de US\$)			
Cabo Delgado	14	108	10
Niassa	7	11	50
Nampula	37	30	19
Zambézia	26	64	129
Tete	4	2,082	424
<i>Total</i>	<i>88</i>	<i>2,295</i>	<i>632</i>
(em %)			
Cabo Delgado	15.9	4.7	1.6
Niassa	8.0	0.5	7.9
Nampula	42.0	1.3	3.0
Zambézia	29.5	2.8	20.4
Tete	4.5	90.7	67.1
<i>Total</i>	<i>100.0</i>	<i>100.0</i>	<i>100.0</i>

Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base no Centro de Promoção de Investimento (CPI)

A China, África do Sul e Portugal foram os países com maior valor de investimento em 2011, ocupando, respectivamente, 32%, 26% e 11% no valor do investimento estrangeiro directo.

4.7.2 Leis e Medidas de Incentivo para a Promoção de Investimento

Existem três leis para a promoção de investimento:

- Lei de Investimento (Lei nº 3/93 de 24 de Junho) promulgada em 1993: lei sobre a promoção de investimento
- Regulamento da Lei de Investimento (Decreto nº 43/2009 de 21 de Agosto) promulgado em 2009: regulamento para a Zona Económica Especial (ZEE)
- Código dos Benefícios Fiscais (Lei nº 4/2009) promulgado em 2009: lei básica sobre o imposto de renda das pessoas jurídicas

O Regulamento da Lei de Investimentos especifica uma série de condições para o investimento estrangeiro directo. Determina não somente as condições básicas de investimento, tais como a proteção dos direitos de propriedade e a remessa de fundos ao exterior, mas também as condições de incentivos, inclusive o valor mínimo de investimento, as vendas anuais, o valor de exportação, a contratação de trabalhadores locais, as qualificações necessárias para os trabalhadores estrangeiros e a duração do período de incentivo.

Há dois tipos de zona de promoção de investimento: a Zona Franca Industrial (ZFI) e a Zona Económica Especial (ZEE). De acordo com a Lei de Investimentos (Lei nº 3/93), a ZFI é uma área exclusiva para a produção destinada à exportação, enquanto que a ZEE é para as actividades económicas gerais. As empresas localizadas em uma ZEE ou em uma ZFI podem desfrutar de incentivos, tais como isenções fiscais. A ZEE é uma área demarcada mas geralmente não por cercas, e dentro da zona, podem ser instaladas as fábricas que produzem as mercadorias destinadas tanto para o mercado interno como para a exportação. A ZFI é uma área cercada e possui um escritório aduaneiro. As fábricas instaladas numa ZFI devem exportar mais de 70% de seus produtos. Há uma categoria chamada “empresas das Zonas Francas isoladas”. Sob esta regra, uma empresa pode obter

o status de ZFI com um incentivo mais baixo, se for aprovada.⁶ A Mozal é a única empresa em operação com o status de ZFI. A ZEE de Nacala é a primeira ZEE em Moçambique, estabelecida em 2007, que cobre o Município de Nacala Porto e o Distrito Nacala-à-Velha, com área de 1.539km².

Os principais benefícios dados a essas zonas são mostrados na tabela a seguir:

Tabela 4.7.3 Benefícios das Zonas de Promoção de Investimento

	Zona Franca Industrial		Zona Económica Especial	
	Promotor Imobiliário	Empresa	Promotor Imobiliário	Empresa
Isenção do imposto aduaneiro e do imposto sobre o valor acrescentado (IVA é cobrado tanto na importação como na aquisição no país)	Importação de materiais de construção, máquinas, equipamentos, peças de reposição e acessórios e outros bens utilizados para realizar as actividades licenciadas para a ZFI	Importação de bens e mercadorias utilizados na implementação de projectos e exploração de actividades autorizadas nos termos do Regulamento da ZFI	Importação de materiais de construção, máquinas, equipamentos, acompanhados de peças de reposição e acessórios, e outros bens utilizados para realizar as actividades licenciadas para a ZEE	
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas	a) isenção (primeiros 10 anos) b) redução de 50% (nos anos 11º a 15º) c) redução de 25% (no restante da duração do projecto) ⁷		a) isenção (primeiros 5 anos) b) redução de 50% (nos anos 6º a 10º) c) redução de 25% (no restante da duração do projecto) ⁸	a) isenção (primeiros 3 anos) b) redução de 50% (nos anos 4º a 10º) c) redução de 25% (nos anos 11º a 15º)

Fonte: Lei de Investimento (Lei nº 3/93 de 24 de Junho), Regulamento da Lei de Investimento (Decreto nº 43/2009 de 21 de Agosto), Código dos Benefícios Fiscais (Lei nº 4/2009)

4.7.3 Clima de Investimento

O relatório “Doing Business in 2014” publicado pelo Banco Mundial posicionou a atractividade de investimentos de Moçambique no 139º lugar entre os 189 países, 7 posições acima do 146º colocado de 2013, mas 7 abaixo do 132º lugar de 2011. A maior causa deste declínio foi a crescente dificuldade observada na obtenção da energia eléctrica, para o que se exige a autorização de conexão do Ministério da Energia. Apesar de que os indicadores em geral pioraram de 2008 a 2014, deve ser notado que o indicador de “Proteção de Investidores” foi bom, marcando a 52ª posição entre os 189 países, e o de “Iniciando negócios” subiu da 125ª posição de 2008 à 95ª em 2014. A “Enterprise Survey 2007” realizada pela International Finance Corporation (IFC) apontou os seguintes cinco maiores obstáculos para o investimento: competição informal; acesso limitado ao financiamento; taxas de impostos; crimes, roubos, mal-estar, e; transporte.

⁶ Regulamento da Lei de Investimentos, Decreto nº 43/2009

⁷ No caso das “Empresas da Zona Franca Isolada”, as condições são: primeiros 5 anos, nos anos 6º a 10º e no restante do período do projecto, respectivamente.

⁸ No caso das “Empresas da Zona Franca Isolada”, as condições são: primeiros 5 anos, nos anos 6º a 10º e no restante do período do projecto, respectivamente.

Tabela 4.7.4 Tendência do Indicadores “Fazendo Negócios” de Moçambique (Unidade: posição)

	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Iniciando negócios	125	144	64	70	96	95
Obtendo alvarás de construção	147	153	129	126	135	77
Contratando trabalhadores	162	161	-	-	-	-
Obtendo energia eléctrica	-	-	159	172	174	171
Registando propriedade	126	149	150	156	155	152
Obtendo crédito	97	123	130	150	129	130
Proteção de investidores	33	38	44	46	49	52
Pagando impostos	72	88	104	107	105	129
Fazendo comércio transfronteiriço	140	140	133	136	134	131
Cumprimento de contratos	138	124	131	131	132	145
Encerrando negócios	134	133	134	143	147	155

Fonte: 2008, 2009: Econex⁹ “Research Note 10, April 2009” com base nos dados do Banco Mundial
2011: Banco Mundial “Fazendo Negócios 2012”, 2013: Banco Mundial “Fazendo Negócios 2013”,
2014: Banco Mundial “Fazendo Negócios 2014”

4.7.4 Órgãos Relacionados com a Promoção de Investimento

Há dois órgãos principais responsáveis pela promoção de investimento: o Centro de Promoção de Investimento (CPI) e o Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA).

(1) Centro de Promoção de Investimento (CPI)

O CPI é um dos organismos subordinados ao Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD). A missão do CPI é “atrair e reter os investimentos nacionais e estrangeiros para impulsionar o crescimento económico e a criação de riqueza, promovendo, inclusive, parcerias público-privadas para o desenvolvimento económico e de infraestrutura, a fim de promover o desenvolvimento socioeconómico inclusivo em Moçambique”. Os investimentos nos recursos minerais não são a responsabilidade do CPI mas do Ministério dos Recursos Minerais (MIREM). O CPI possui sua sede em Maputo constituída dos seguintes cinco departamentos: 1) Departamento de Projectos; 2) Departamento de Marketing e Informação; 3) Departamento de Desenvolvimento de Negócios; 4) Departamento de Ligação, e; 5) Departamento de Administração e Recursos Humanos, além de ter uma delegação em cada província. O número total de funcionários no país é 48, incluindo o pessoal administrativo e outros. Adicionalmente, o CPI planifica abrir seus escritórios na China, Brasil, Arábia Saudita ou UEA no Oriente Médio e África do Sul, previstos para estarem em operação a partir de 2015.

(2) Gabinete das Zonas Económicas de Desenvolvimento Acelerado (GAZEDA)

O GAZEDA é um outro órgão subordinado ao MPD, estabelecido em 8 de Dezembro de 2007. A missão do GAZEDA é promover e coordenar as actividades relacionadas com o estabelecimento, desenvolvimento e gestão das Zonas Económicas Especiais (ZEE) e Zonas Francas Industriais (ZFI). O GAZEDA emprega 47 funcionários, incluindo os administrativos. Em Maio de 2013, o órgão está a gerenciar uma ZFI na Província de Maputo, chamada Zona Franca Industrial de Beluluane e uma ZEE na Província de Nampula chamada Zona Económica Especial de Nacala (ZEE Nacala).

⁹ Econox é um consultor económico estabelecido em 2005. A sede da empresa é localizada em Stellenbosch.
(<http://www.econox.co.za/>)

Nesse sentido, o GAZEDA não é uma simples instituição para a promoção de investimento ao lado do CPI, mas uma dedicada à organização das condições físicas, institucionais e sociais para acomodar os investimentos recebidos nas operações comerciais reais, inclusive a produção industrial.

4.7.5 Zona Económica Especial de Nacala

Há 68 projectos aprovados pelo GAZEDA desde 2009 como se mostra a seguir. 25 desses 68 já se encontram em operação.

Tabela 4.7.5 Número de Projectos Aprovados para a ZEE de Nacala

Ano	Número de Projetos	Valor de Investment total (milhões de US\$)	Número de Trabalhadores Locais
2009	11	151	4.679
2010	22	218	2.944
2011	8	132	445
2012	27	1.077	6.260
Total	68	1.578	14.328

Fonte: Equipa de Estudo da JICA com base na Delegação do GAZEDA na ZEE de Nacala

A prestação de serviços é o maior sector investido, que ocupa 51% do total, seguido pela manufactura (28%) e construção (12%). O Brasil é o principal país de origem dos investimentos, que representa 43%, seguido por Portugal (5.1%) e Tanzania (3.8%).

Um levantamento por questionário foi realizada, tendo como alvo as empresas localizadas na ZEE de Nacala em Abril de 2013. Apesar de que o número de amostras é baixo (21), a informação recolhida é sugestiva. Os principais motivos da escolha pela ZEE Nacala foram: sua proximidade ao Porto de Nacala (62%), localização estratégica (48%), vantagens de uma ZEE (43%) e acesso aos mercados (33%). A ZEE Nacala parece oferecer uma oportunidade atraente para os investidores, em vários aspectos. 12 entre os 15 entrevistados consideraram a Nacala competitiva (7 responderam que é “bastante competitiva” e 5 “competitiva”). O desempenho do GAZEDA foi avaliado favoravelmente como “excelente” e “bom” em 55% das respostas relacionadas com a eficiência e rapidez no despacho da aprovação de investimento, e em 59% das respostas relacionadas com a eficiência na resposta às solicitações e pedidos de informação. Alguns problemas também foram apontados. Em termos da infraestrutura, a água foi apontada pelas 15 empresas (71%) como problemática, seguida pela energia eléctrica (62%), resíduos sólidos (62%), estradas (52%), saneamento (52%) and telecomunicações (48%). Um outro problema foi a qualidade da mão de obra. Duas empresas consideraram a mão de obra como “terrível” e sete como “ruim”. Essas respostas representaram 58% do total. O ambiente residencial e a situação da segurança pública foram avaliadas como “terrível” ou “ruim”, em 47% e 53%, respectivamente, das respostas.